

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.

ATA Nº 034

PRESIDENTE - DEPUTADO VALDIR BARRANCO

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública, por mim requerida na Assembleia Legislativa, com objetivo de discutir a regularização fundiária no Município de Confresa e dos municípios circunvizinhos.

Convido para compor a mesa o Exmº Sr. Deputado, meu querido amigo, Baiano Filho; Ronio Condão Barros Milhomem, Prefeito Municipal de Confresa; Vereador Cristiano Lorscheiter Rocha, Presidente da Câmara Municipal de Confresa; Paulo Garcia, Coordenador de Serviço de Desenvolvimento/Titulação do INCRA, neste ato representando o Superintendente do INCRA de Mato Grosso, Sr. João Bosco de Moraes; Capitão PM Jefferson Mascarenhas, neste ato representando o Secretário de Estado de Segurança Dr. Rogers Elizandro Jarbas; Dr. Fábio Rogério de Souza Sant'anna Pinheiro, Promotor da Comarca do Município de Porto Alegre do Norte; Dr. Rhadell Bedim Louzada, Presidente 27ª Subseção Vila Rica – OAB/MT; Giliard Brito de Freitas, Diretor Geral do Instituto Federal de Mato Grosso, Campus Confresa; Paulo Rodrigues da Cunha Neto, Coordenador da Unidade Avançada do INCRA Araguaia/Xingu; Antônio Tadeu Martins Escame, Coordenador da Unidade Avançada do INCRA – Araguaia/São Félix do Araguaia; Luiz Castelo, Prefeito Municipal de São José do Xingu; Conselheiro Ivanir Antônio Galo, Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS do Município de Vila Rica; Luís Cláudio da Silva, representando a Prelazia de São Félix do Araguaia, que será um dos nossos palestrantes hoje; Padre Alex, da Coordenação Regional da Comissão Pastoral da Terra do Araguaia; Lucimeire Lázara, Vereadora da Câmara Municipal de Confresa, neste ato representando as mulheres na política do Araguaia. (PALMAS)

Composta a mesa, convido todos e todas para cantarmos o Hino Nacional, em posição de respeito.

(O HINO NACIONAL É CANTADO)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Eu quero agradecer as autoridades que também se fazem presentes, as lideranças; Janete Moraes Rodrigues, Vereadora da Câmara Municipal de Confresa; Vanderlei Martins dos Santos, 2º Secretário da Câmara Municipal de Confresa; José Pereira Cordão Sobrinho, o Pereira, Vice-Prefeito de Confresa; José Francisco

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Crecencio, Vereador da Câmara Municipal de Confresa; Marlene da Silva Costa, Vereadora do Município de Vila Rica; Ronia Maria Condão Barros Milhomem, Secretária Municipal de Finanças do Município de Confresa; Ronclebes Condão Barros Milhomem, Secretário Municipal de Planejamento do Município de Confresa; Iranilto de Matos Rodrigues, Secretário Municipal de Agricultura do Município de Confresa, nosso querido amigo Goianinho; Noeli Barbosa, Coordenadora de Planejamento da Prefeitura Municipal de Confresa; Vereadora Tatiane Fernandes Santana, Presidente da Câmara Municipal de Luciara; Divino do Hermínio, Vereador do Município de Vila Rica; nosso amigo Bartolomeu Júnior, Vereador do Município de Cana Brava do Norte; Vereador Edi Venâncio, Residente da Câmara Municipal de Santa Terezinha; Liezer Neves de Souza, Vereador do Município de Santa Terezinha; José Liton Luz Júnior, Secretário Municipal de Agricultura do Município de Luciara; Vereador Orlando Pereira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre do Norte; Silvana Breitenbach, Secretária Municipal de Agricultura do Município de Porto Alegre do Norte; Vereador Pedro Condão, Presidente da Câmara Municipal de São José do Xingu; José Edimar Ferreira Lindolfo, Vereador do Município de Santa Cruz do Xingu; nossa amiga Dagmar Aparecida Teodoro Gatti, Vereadora do Município de Santa Terezinha; Alex Gomes Ferreira, jovem revelação, Vereador do Município de Porto Alegre do Norte; Weder Silva Correia, Vereador do Município de São José do Xingu; Fernando Nascimento Tulha Filho, Secretário Municipal de Agricultura do Município de São José do Xingu. O Prefeito Castelo trouxe o pessoal em peso; Ênio Moraes, Secretário Municipal de Agricultura do Município de Vila Rica; Marinalva Tavares Vieira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Porto Alegre do Norte; Adão Souza, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Vila Rica; Vaglin Diniz, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Confresa; Raimundo Pereira de Jesus, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Santa Terezinha; Divino Rezende, Presidente do P.A São Vicente, Município de Confresa; Geci Neponucena, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais Linha Rio Preto, P.A São Vicente; Aureliano Paulo de Freitas, Presidente da Associação APRACAF do Município de Confresa; Divino Alves de Castro, Presidente da Associação P.A Canta Galo, Município de Confresa; Wilson de Lima Rolim, Presidente da Associação Santo Antônio do Fontoura I, Município São José do Xingu; José de Jesus Ferreira, Presidente da Associação Pequenos Produtores do Município de Santa Terezinha; Andomar Divino de Miranda, Presidente da Associação P.A Tatuibi, Município de Cana Brava do Norte; Maria Helena de Souza Borges, Presidente da Associação dos Agricultores Familiares Gleba Confresa Roncador setor Ayrton Senna.

Agradeço ainda a presença de todos os agricultores familiares de Confresa e da região; a presença dos professores e alunos da Escola Municipal Sagrado Coração de Jesus, do Município de Vila Rica que aqui também se fazem presentes; a presença do Prefeito Daniel Rosa do Lago, de Porto Alegre do Norte, que acaba de chegar à nossa Audiência Pública e já o convido para compor a mesa conosco, Prefeito Daniel (PALMAS).

Cumprimento todos e todas aqui presentes, os veículos de comunicação aqui da região, principalmente aqui do Município de Confresa, pela cobertura desta nossa Audiência Pública; a *TV Assembleia* e a *Rádio Assembleia* que estão também registrando esta Audiência Pública para que o Brasil e o mundo saibam de tudo aquilo que trataremos na tarde de hoje.

Esta Audiência Pública estava prevista para 40 dias atrás, infelizmente – eu já estava aqui – coincidiu com a queda da ponte em frente à Fazenda Rio Preto, e nós tivemos que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

adiá-la para a data de hoje. E eu tenho certeza que essa prorrogação do prazo só vai fazer com que tenhamos uma Audiência Pública com muito mais qualidade nesta tarde de hoje. É uma contribuição importante do nosso mandato e também da Assembleia Legislativa.

Eu quero agradecer o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Eduardo Botelho, que não tem envidado esforços para que nós possamos realizar as audiências públicas tão importantes para ouvir a população, é papel dos Parlamentares estarem no meio do povo, ouvir aquilo que no dia a dia faz com que as pessoas queiram falar das suas angústias, dos seus problemas e também trazer para as audiências públicas as instituições que possibilitam com que ao ouvir os clamores da população, possam corresponder no momento ou também, se não for possível, dar-lhes as respostas, aprazar um período para que possa trazer para vocês as respostas das questões levantadas durante a Audiência Pública.

Nós instalamos, lá na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, uma Câmara Setorial Temática que conta com a participação do INCRA, do INTERMAT, das universidades, da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, da Vara de Conflitos Agrários do Tribunal de Justiça e essa Câmara Setorial objetiva o levantamento das situações de conflitos do Estado que ao final nós queremos atingir dois objetivos. Primeiro, a elaboração de um relatório com a situação fundiária do Estado de Mato Grosso, apontando para as autoridades, tanto do Estado quanto da União quais os caminhos a serem seguidos, se quiserem de fato resolver o problema fundiário do Estado de Mato Grosso.

O segundo é a instalação, na Assembleia Legislativa, de um Núcleo de Mediação de Conflitos para que, quando houver conflitos rurais ou urbanos, antes que cheguem às últimas consequências, nós possamos, através da mediação, chegar a um consenso e encaminhar o relatório para o Poder Judiciário para que o Poder Judiciário possa, então, tendo conhecimento, homologar o resultado do Núcleo de Conciliação de Conflitos.

Eu tenho uma dívida com esta região, uma dívida com este Município. Durante a campanha de 2014, não obstante eu ter sido Superintendente do INCRA, juntamente com as lideranças desta região, nós termos feito um trabalho em busca de resolver as situações fundiárias na região do Araguaia, e uma das questões que avançou e ajudou a avançar muito na busca dessas soluções foi a implantação aqui em Confresa da Unidade Avançada de Confresa. Essa Unidade Araguaia Xingu ela ajudou a acelerar a homologação de famílias que há muitos anos aguardavam pelas vistorias, ainda há que se fazer muito para que essa Unidade possa melhorar a sua estrutura tanto física quanto humana, mas foi um grande avanço.

Também a figura do georreferenciamento que avançou bastante aqui na região, a região do Araguaia se organizou enquanto sociedade civil e isso fez com que essa fosse a região que mais celebrasse acordos de cooperação técnica com o INCRA e está possibilitando. Desde 2014 nós já entregamos alguns títulos e agora, à medida que o georreferenciamento vão sendo certificados, os títulos começam a sair em larga escala.

Aqui no Município de Confresa eu quero agradecer os 608 votos que eu tive aqui, o que me traz ainda o maior comprometimento com este Município e com esta região.

O Município de Confresa, Mato Grosso, está situado na região Nordeste de Mato Grosso, sua população estimada em 2013 era de aproximadamente 35 mil habitantes, sendo o município mais populoso da Microrregião Norte do Araguaia. Possui uma área de 5.819 km², fazendo divisa com os municípios de Porto Alegre do Norte, Vila Rica, Santa Terezinha, São José

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

do Xingu e Santa Cruz do Xingu. Região histórica na luta pela terra e pela qualidade de vida no campo e na cidade.

De acordo com os estudos demográficos feitos pela Universidade Federal do Mato Grosso, o Município de Confresa possui uma das maiores taxas de crescimento urbano do estado, cerca de 4,7% ao ano. Precisando de muitas ações políticas para apoiar a população e os seus gestores na estruturação organizacional da cidade.

A região é formada por grandes planaltos suaves. Entre as serras, há grandes extensões de terras planas propícias para plantios de grãos e pastagens, o Norte do Araguaia tem aptidão para a busca da organização da agricultura familiar, garantindo marcas fundamentais para melhorar a qualidade de vida da população.

O nosso mandato de Deputado, como é do conhecimento dos senhores e senhoras, tem como foco principal a defesa dos agricultores familiares, da justiça social e da educação. No Araguaia já participei efetivamente das frentes de trabalho para melhorar a vida dos que habitam no campo e nas cidades do entorno de Confresa.

Quero destacar aqui o nosso trabalho enquanto Superintendente do INCRA, de liberar os recursos do Programa de Consolidação de Assentamentos aqui para o Município de Confresa da ordem de mais de 10 milhões de reais que a à época foi substancial para que nós pudessemos avançar com instrumentos públicos, com equipamentos públicos para o atendimento da educação, como construção de escolas; também da saúde, como a construção de postos de saúde e na melhoria da infraestrutura da malha viária, as estradas dos assentamentos aqui de Confresa.

O georreferenciamento que avançou a partir dos acordos de cooperação técnica; homologação das famílias que aqui nós já destacamos e também a implantação da Unidade Avançada Araguaia/Xingu.

O mandato de Deputado Estadual nos dá a oportunidade de ouvir aqueles e aquelas, os senhores e as senhoras aqui presentes, que estão na base de nossos municípios, no campo ou na cidade, e fazer a defesa acolhendo as lutas da população.

Procuro atender as expectativas dos movimentos sociais, observar o que mais é adequado para cada população, no caso da terra sei que muitos desejam ter o seu título definitivo e construir a sua independência, e outros defendem a organização coletiva da produção. O papel do Deputado é defender os interesses da população.

O nosso trabalho conta com o apoio especial do INCRA, também em alguns casos contamos com o INTERMAT, na intenção de ouvirmos juntos as dificuldades das comunidades. Acreditamos que somente através do diálogo e do esforço dos agentes públicos e das representações das comunidades, será possível atender as necessidades dos que dedicam suas vidas a produzir para si e para os seus familiares.

Confresa e região tem muito do que se orgulhar, pela luta já há muitas conquistas: o Instituto Federal de Mato Grosso presente em muitas comunidades, e aqui também representada nesta mesa, a UNEMAT e a Universidade Federal de Mato Grosso com cursos espalhados por várias cidades, a CPT, os sindicatos rurais, as organizações de bairros, o SINTEP, prefeitos e o consorcio regional, câmaras municipais, enfim, inúmeras organizações compostas de homens e mulheres em busca de dias melhores para a coletividade.

A audiência é para ouvir, responder e também encaminhar.

Eu quero comunicar que durante as falas aqui da mesa, a nossa equipe do Cerimonial, a quem já quero agradecer, agradecer a todos os servidores da Assembleia Legislativa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

presentes, estará coletando os nomes, as inscrições daquelas pessoas do público que quiserem, após a fala das autoridades... eu acho que nós vamos intercalar aqui para não ficar cansativo também, quebrar um pouco o protocolo e vamos intercalar, vai falar alguém da mesa e depois ouvindo a plateia. A medida que for chegando aqui os nomes coletados da plateia, já começaremos a intercalar as falas aqui.

Quem quiser fazer sua inscrição, ao longo dos primeiros pronunciamentos, estaremos com a equipe do Cerimonial para fazer as inscrições.

Convido para fazer uso da palavra os nossos anfitriões. O primeiro, convido o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Cristiano Lorschiter Rocha, para fazer uso da palavra e, na sequência, o Prefeito Municipal.

O SR. CRISTIANO LORSCHITER ROCHA – Primeiramente agradecer a Deus.

Quero aqui, em nome do Deputado Valdir Barranco cumprimentar todos os senhores e as senhoras que se encontram presentes; Deputado Estadual Baiano Filho, que se faz presente.

Em nome do Exm^o Sr. Prefeito Ronio Condão, cumprimento toda a sua equipe da Prefeitura Municipal e o nosso povo de Confresa que se faz presente; o Promotor de Justiça; em nome do Prefeito Daniel, cumprimento todos os prefeitos e prefeitas que estão presentes; representando a Polícia Militar, o Tenente Jefferson. Muito obrigado pela presença; representando a OAB, o Rhadell, muito obrigado; o Paulo, representando o INCRA.

Cumprimento ainda os Vereadores companheiros do Poder Legislativo do Município de Confresa, que se fazem presentes, os Vereadores Elton, Geancarlos, Marli, Janete, Uaslei, Polaco, Zetão, a nossa Vereadora que se encontra na mesa, representando as mulheres políticas da nossa região, Vereadora Lucimeire.

Quero também agradecer e ao mesmo tempo, Deputado Valdir Barranco, em seu nome, agradecer a presença de Vossa Excelência e do Deputado Baiano Filho.

O trabalho que Vossa Excelência fez à frente da Superintendência do INCRA e hoje, como Deputado Estadual do Estado de Mato Grosso. À frente da Assembleia Legislativa dois Deputados aqui em Confresa, representando a nossa região.

Quero parabenizar, Deputado Valdir Barranco, pelo trabalho que Vossa Excelência fez e quero fazer um pedido também, porque o nosso povo realmente está cansado com esse sofrimento, com essa angústia dessas titularizações do nosso Município.

Confresa, hoje, Deputado Valdir Barranco e Deputado Baiano Filho, tem o maior assentamento do Estado de Mato Grosso e do nosso País. Nós temos praticamente cinco mil quilômetros de estrada. Então, através desta Audiência Pública da Assembleia Legislativa, os senhores representando a região do Araguaia, representando os Srs. Vereadores, Vereadoras, os Prefeitos e Prefeitas, todo o público presente aqui, os agricultores familiares de Confresa e região, eu quero fazer esse pedido que os senhores façam e continuem fazendo essa união para que não só Confresa e toda a nossa região, resolva de vez esse problema para fazermos essas titularizações e o nosso povo ter em definitivo essas titularizações para que eles possam ser os donos definitivos de suas terras e poderem produzir. Com certeza é a agricultura familiar que desenvolve e cresce este Estado.

Eu só quero deixar o meu abraço novamente.

Agradecer a presença e dar os parabéns a Vossa Excelência e ao Deputado Baiano Filho, essa união dos senhores, Deputado Baiano Filho, quem sairá ganhando é Confresa e região.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Novamente agradeço a cada um dos senhores que se fazem presentes.

Muito obrigado a todos!

Boa tarde! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, Cristiano.

Eu vou passar a palavra para o nosso anfitrião, Prefeito Ronio Condão Barros

Milhomem.

O SR. RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM – Boa tarde, Deputado, população.

Eu agradeço a Deus por estar presente mais uma vez à frente de vocês, é um orgulho imenso receber aqui a Assembleia Legislativa em nome do Deputado Baiano Filho, do Deputado Valdir Barranco e todas as autoridades aqui presentes.

É um momento republicano e democrático que é a Audiência Pública, de discutir todos os pormenores da regularização fundiária.

Então, não tinha que ser diferente, porque a maior cidade hoje da região do Araguaia, a região onde tem o maior número de assentados, inclusive dentro da cidade tem muita terra do INCRA também, a regularização urbana, regularização rural. Eu sempre falei que nós temos duas cidades: uma cidade urbana e uma cidade rural. E agora que a Medida Provisória se tornou lei e vai facilitar bastante essa regularização.

A Prefeitura de Confresa sempre foi e é parceira com o INCRA, tem vários funcionários hoje que fazem parte do quadro do INCRA, dando suporte, tem cooperação técnica.

Eu quero dizer que por parte da Prefeitura, o que depender da logística, de carro, de pessoas, o que for necessário para dar suporte para o INCRA com objetivo maior à regularização fundiária.

Um Município que tem, como o Vereador Cristiano falou, mais de cinco mil quilômetros de estradas e é verdade, mais de mil e trezentas pontes, vários colégios, mais de cinquenta linhas de ônibus, necessita, sim, ter segurança jurídica para todos vocês que estão morando nesta localidade, porque assim podemos contribuir ainda mais para o nosso Município.

Parabéns a todas as autoridades, eu não vou falar o nome de todos aqui, mas quero agradecer todos os prefeitos que estão aqui e eu tenho certeza que sairão muitas coisas boas desta Audiência Pública.

Muito obrigado mais uma vez!

Boa tarde! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Convido para fazer uso da palavra, representando a Prelazia de São Félix do Araguaia, Luís Cláudio da Silva.

O SR. LUÍS CLÁUDIO DA SILVA – Boa tarde a todos e todas!

Peço licença e permissão quanto à Mesa quanto a todos os presentes para enaltecermos um pouco a presença feminina das companheiras mulheres.

Assustei-me no começo quando chamou essa homarada aqui, se não fosse a Lucimeire para salvar um pouco a pátria o trem estava feio. Mas nas relações humanas... (RISOS – PALMAS)... mas nas relações humanas, afetivas e políticas muitas vezes a paridade não acontece mesmo. Eu conheço aqui da plenária várias mulheres que foram e são do meio político aqui do Araguaia e sabem do que eu estou falando, muito melhor do que eu que sou homem, o quanto é difícil penetrar, perpassar esse meio político.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Já começo com essa fala, meio brincando, para falar do tema que me propuseram, que é a questão da realidade da conjuntura do Araguaia. Mas, porém, contudo e, todavia, não dá para falar de Araguaia sem falar do contexto brasileiro. Não dá para pensarmos dentro da nossa caixinha. Existe algo muito maior do que nós, algo que está para muito além de nós da região, as questões sociais e políticas que estão para além do nosso alcance muitas vezes. Não é verdade? Por isso que eu vou fazer esse intercâmbio, esse entrelace entre a relação de realidade do Araguaia com a relação de realidade nacional.

Quem me conhece palestrando sabe que eu não sou disciplinado, costumo falar em pé, só falta plantar bananeira, mas hoje, pela questão de tempo, eu fiz um texto e vou me segurar na cadeira, nesse texto, para não ultrapassar o tempo.

Uma das felicitações que nós temos aqui é o fato de termos aqui uma Audiência Pública onde o Poder Legislativo de Mato Grosso, através da solicitação do Deputado Valdir Barranco, vem propor a ouvir a população.

Audire, do latim, quer dizer exatamente escuta, atitude de escuta, e tem várias figuras públicas aqui que sabem também melhor do que eu quem milita, quem atua no meio político gosta muito de falar, mas gosta de falar, gosta do microfone que é uma beleza, mas escuta muito pouco.

É muito interessante quando a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, quando nós temos dois Deputados sentados aqui e eu acho que a atitude é mais de escuta do que de fala, mas vamos pontuar algumas coisas.

Quando nós falamos em conflitos é necessário que eu me atreva a conceituar um pouco, timidamente o que seria conflito.

Nós podemos conceituar conflito agrário como situação de antagonismo, de forças que se contrapõem de forma clara, de forma fácil de se ver, inegável ou de forma potencial a uma possibilidade de acontecer um conflito em determinado lugar, entre pessoas físicas ou pessoas jurídicas. Um possui um determinado imóvel rural, não vou entrar no mérito da questão de como é que esse imóvel foi adquirido, se ele tem a posse, se ele possui esse imóvel rural e o outro, o trabalhador, o camponês, eu gosto mais da palavra camponês, o camponês ou a camponesa eles têm uma demanda e solicitam do estado brasileiro que tome providências quanto àquela situação, ao poder público que permita ao cidadão e à cidadã, o acesso à terra que é de direito, à terra que está garantida em cláusulas de nossa Constituição.

O art. 184, por exemplo, vai falar: “Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos...” e aí vai embora.

Então, cumprir a função social, aqui nós temos o primeiro motivo para um atrito, para um conflito. O que é cumprir função social? E aí vai a interpretação, quem é jurista isso aí vai navegar muito tempo na interpretação do que é cumprir função social.

Existem duas situações, por exemplo: quando denodadamente é provado que havia plantio de drogas, entorpecentes em uma determinada propriedade, reforma agrária; ou quando há trabalho escravo e a propriedade é improdutiva, reforma agrária. Só que o que é produzir? Qual conceito nós temos de produção? Por exemplo: existem várias pessoas que são, eu sei desse meio também, do agronegócio, só que o que é o agro? Já começa aí. A própria palavra agro muitas vezes é apropriada indevidamente, porque agro é campo fértil onde seja permitida a vida. Onde não há

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

possibilidade de vida humana, onde há morte não há vida, não há agro, porque agro, *ager* do latim, quer dizer isso, terra fértil, porção fértil de terra onde a vida seja permitida. Muitas vezes nós nos apropriamos das palavras sem nos atermos no sentido profundo que elas nos trazem.

Quando falo de violência eu tenho que começar constatando, nesta tarde, que eu acho profundamente violento pegar um camponês, uma camponesa, um trabalhador rural, um agricultor ou uma agricultora e coloca-lo em um lote quase a título de despejá-lo lá, nem ser colocado direito, em uma área onde ele não tem moradia, onde ele tem uma dificuldade imensa para ter acesso a fomentos, a programas, acesso ao mínimo necessário, à água muitas vezes em solo arenoso, improdutivo, onde o que é possível se produzir calango.

Eu tenho uma área que nós acompanhamos, ali na Santa Rita, P.A Santa Rita, que todos conhecem, na região de Ribeirão Cascalheira, onde a situação é essa. Eu acho violento isso. Acho violento porque coloca a pessoa nessa situação e diz para ela se ela for embora da terra: “Ah, ele não queria mesmo. Ele não queria. Não queria nada com nada, não queria trabalhar.” Não é bem assim que a vida acontece. Há pessoas que são mais felizes no processo de assentamento, mas nós sabemos que o quadro é de tristeza, ainda mais o processo burocrático que existe dentro das instituições que lidam com a reforma agrária.

Na verdade, no Brasil nunca houve reforma agrária, houve política de regularização fundiária, mas reforma agrária de fato, dando condições para que o camponês possa viver da sua terra, do seu chão, de fato nunca houve. Desafio, desde o tempo de Dante de Oliveira, no final do regime militar, início do processo democrático, duvido que de fato era preocupação do Governo de então fazer um processo real de reforma agrária no País. Um País de tanta grandeza.

Agora está pior porque nós temos medida do Governo, PEC 759, PEC 215, Fórum Brasil Central, desmantelamento, destruição do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA que estava até há pouco tempo com Patrus Ananias, uma figura de muita seriedade na política, na questão fundiária.

A Reforma Trabalhista, Reforma da Previdência da forma que está sendo colocada, sucateamento do INCRA, sucateamento do Ministério do Trabalho. Penso eu para onde irão os mais pobres? Onde é que os mais pobres irão parar... (RISOS)... é muito complicado.

Eu acho isso violento, mas estão se tomando medidas que ferem, por exemplo, mexem com a Lei 8.629/93, que ela muda todo o processo de aquisição, de pagamento de terra para fins de reforma agrária que hoje é feito de forma escalonada em Títulos de Dívida Agrária, TDA. Na verdade, é tirado do INCRA a responsabilidade, a função de realizar assentamento. Está se fortalecendo clientelismo. Nós temos que ter a atenção ao que é que de fato os atuais líderes em nosso País querem, indistintamente de ideologia política, mas o querem.

Na verdade, a Bancada - apelidada como Bancada entre eles mesmos -do Boi, da Bala e da Bíblia, está tentando, gradativamente, tirar direitos que foram adquiridos durante dezenas e dezenas de anos.

Esta região, como já foi muito bem lembrada pelo Deputado Valdir Barranco, foi uma região caracterizada por luta.

Na época, na década de 1970, 80 até início dos anos 90, com a presença da prelazia, o fortalecimento dos sindicatos e trabalhadores, com a figura do Bispo Pedro, amado por uns e odiados por outros, talvez incompreendido em certos momentos, a luta era para a conquista da terra e hoje a luta de cada um e cada uma que está nesta sala, tem muito mais propriedade do que eu

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

que estou aqui na frente, a luta hoje é pela permanência na terra, é como subsistir, como sobreviver, como você ter condições de produzir e viver da sua terra.

Conflitos emblemáticos na região existem, Caderno de Conflitos lançado no final de maio, em Cuiabá, no Mato Grosso e ali em Porto Alegre do Norte, ele registra alguns desses conflitos, os mais enigmáticos, a região de Pimentel Barbosa, perto de Ribeirão Cascalheira, entre Ribeirão Cascalheira e Canarana, entre indígenas e não indígenas.

No Alto Boa Vista, TI da área Marãiwatsédé e o pessoal agricultor que estava naquela área na região.

A questão da fazenda Piracicaba versus o P.A Piracicaba, que nós fomos informados que recentemente, nesses dias, eles perderam em primeira instância, terão que recorrer em segunda e terceira instância e por aí vai. São as mais emblemáticas a questão de Luciara com os retireiros, povo canela e camponeses. Eu quero chamar atenção para Luciara e para a área do antigo Posto da Mata, Marãiwatsédé, porque há uma estratégia de uma lógica perversa, uma lógica do mal, onde coloca os pequenos para brigarem contra os pequenos. É uma lógica, é uma maneira.

O antigo Império Romano ele conquistou muitas nações porque ele colocava o povo para brigar contra o próprio povo. Dividindo ele conquistava, dividir para conquistar. Na verdade, na época do polêmico Poso da Mata, me recorde que muitas pessoas foram usadas como escudo humano diante de situações de violência e isso é ruim, isso não constrói novas relações, porque vão ficando os pobres contra os pobres. Isso não é justo, isso não é humano. Isso deve ser denunciado. Essa lógica do dividir para conquistar, nós não devemos aceitar.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra, nesse Caderno, o ano de 2016 foi o mais violento envolvendo conflitos no campo dos últimos 10 anos. O ano de 2016 foi o mais violento dos últimos 10 anos. Conflitos no campo cresceram 223%.

Entre 2007 e 2016, passaram de 26 vítimas para 61 vítimas. Passaram de 700 trabalhadores para 2.300 trabalhadores atingidos. Isso não números.

Algo semelhante acontece ao nosso redor, quando nós olhamos conflitos em terra, também outro crescimento de 1.027 para 1.295 em 2016.

Em Mato Grosso, 6,6 mil famílias vivem em áreas de conflitos agrários. Colocam nosso Estado na 1ª posição no *ranking* do Centro-Oeste e na 6ª posição nacional.

Uma decisão desarrazoada da justiça federal de Barra do Garças suspendeu em 32 municípios do Araguaia os processos administrativos e judiciais de desapropriação por parte do INCRA. Com essa decisão, a justiça desativou o trabalho do referido órgão, do INCRA, em toda a região. E vocês eu creio que sabem disso.

Então, como é que se resolvem essas questões? São violências? São violências? São, porque são os poderes das instituições sob o povo. O povo que não tem muito para quem, não tem muito a quem e aonde recorrer.

Recentemente nós tivemos um massacre no Mato Grosso, de Colniza, e alguns dias atrás um massacre de camponeses em Pau D'Arco. Esse massacre é chamado pela grande mídia de confronto, confronto onde só uma parte é morte. Eu não sei que tipo de confronto é esse. Confronto ambos os lados saíam machucados.

Existem formas sutis de violência que estão em nosso meio. E esse é um drama de sombras que pesa sobre toda a sociedade brasileira, sobre toda a sociedade mato-grossense. Para a solução desses conflitos nós temos que mudar a nossa visão.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Quero, por penúltimo, citar a Câmara dos Deputados em Brasília, os nossos Deputados Federais, que está em processo de análise, para depois da Reforma Trabalhista, na verdade, de um projeto de lei do Presidente da Bancada Ruralista, Deputado Nilson Leitão, que permitirá que empresas paguem o trabalhador rural com “remuneração de qualquer espécie”, segundo o Valor Econômico.

Na prática, o PL 6.442/2016 propõe que o trabalhador rural perca o direito de se receber sua remuneração exclusivamente em dinheiro e que o patrão possa substituir o pagamento de salário em espécie por comida ou habitação.

No texto do PL, Nilson Leitão argumenta que “as leis brasileiras e, ainda mais, os regulamentos expedidos por órgãos como o Ministério do Trabalho, são elaborados com fundamento nos conhecimentos adquiridos no meio urbano, desprezando usos e costumes e, de forma geral, a cultura do campo”.

O trabalhador rural receber por comida e moradia.

Já tem mais de 40 anos a lei que rege, que disciplina questões do trabalhador rural e fala-se lá entre os Deputados Federais que está na hora de ter atualizações.

“Nestes termos, no intuito de prestigiar esse tão importante setor da economia brasileiro fomentando sua modernização e desenvolvimento; o aumento dos lucros e redução de custos e; gerar novos postos de trabalho, é que se propõe essa alteração da Lei”.

Isso é violência? É, porque está tirando direitos dos pequenos, dos agricultores, dos camponeses, daquele e daquela que leva 75% do alimento ao povo brasileiro.

O meu tempo já se esgotou e eu vou terminar com um pequeno trecho de um poema e encerrarei o meu pronunciamento:

*“Nas trevas da mentira
A máquina do lucro,
A fome do poder,
Os ídolos da Morte.
Diante deles caem
Os joelhos incautos.
Eles vêm massacrando
Teus anônimos filhos sem defesa.
Seu braço imenso tenta
Capturar-nos
A todos, Pai da Vida!”*

Para nós resta ser como suricate. Quem já assistiu o desenho animado O Rei Leão, tem aquele bichinho comprido, que anda com o porcão, chama-se suricate, ele é africano e diz que aquele bicho aprende a vida toda a vigiar e a cavar.

Então, nós temos que ser como suricates vigiando e cavando para sobreviver.

Um grande abraço a todos!

Grato pelo espaço! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, Luís Cláudio.

Eu quero agradecer a presença da Agenora Moraes da Silva, nossa amiga Gê, Secretária Municipal de Educação de Confresa; Sadi, nosso amigo, Secretário Municipal de Agricultura de Santa Cruz do Xingu; Janason Rios, Vereador de Vila Rica, o Celino, nosso amigo, já foi vereador aqui, Chefe da Unidade, que também está presente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Passo a palavra para o nosso amigo, Deputado Estadual, Baiano Filho, que desde outubro, quando assumi a cadeira na Assembleia Legislativa, ainda quando Superintendente do INCRA sempre tivemos um tratamento de muito respeito e agora continuamos lá na Assembleia Legislativa com esse mesmo tratamento. No que depender de nós, estaremos unidos pela região do Araguaia.

Com a palavra, o Deputado Baiano Filho.

O SR. BAIANO FILHO – Boa tarde a todos e todas!

É uma satisfação recebe-los aqui na nossa cidade, Prefeito Ronio, em Confresa, os nossos vizinhos, os nossos amigos dos assentamentos e da cidade neste momento especial que busca falar, debater, receber sugestões e já se faz isso há muito tempo, em relação à regularização fundiária aqui da nossa região.

Eu quero saudar o Prefeito Ronio, Prefeito anfitrião que recebe aqui o Prefeito Daniel Rosa; o Prefeito Luiz Castelo, da cidade de São José do Xingu; meu companheiro de Assembleia Legislativa, Deputado Valdir Barranco, que tem uma atuação destacada em relação à regularização fundiária no Estado de Mato Grosso, até porque teve ele a satisfação de ocupar a Presidência, a Superintendência do INCRA no Estado de Mato Grosso, onde eu já disse mais de uma vez, em várias oportunidades, que com a chegada do Deputado Valdir Barranco os tempos mudaram.

Quando eu cheguei à Assembleia Legislativa, o meu primeiro discurso, em 2011, era de que, o INCRA, nós iríamos ter que colocar uma faca na garganta para funcionar, e nós fomos mostrando ao INCRA que o INCRA precisava olhar para o Araguaia, vir para a nossa região.

O Deputado Valdir Barranco colocou o pé na estrada, juntou equipe, veio para cá, nós temos problemas espalhados em toda a nossa região. Nós sabemos que não se resolveu tudo, as coisas não são fáceis, mas muitas coisas foram resolvidas e outras tantas serão.

Deputado Valdir Barranco, Vossa Excelência que dedica uma das duas Audiências... aliás, Vossa Excelência está fazendo duas Audiências Públicas em relação à regularização fundiária.

A Assembleia Legislativa permite que cada Deputado faça duas Audiências Públicas no ano, e o Deputado Valdir Barranco está realizando duas em regularização fundiária no Estado de Mato Grosso.

São bem-vindos a nossa cidade. Vossa Excelência tem aqui o seu espaço, tem as pessoas que gostam Vossa Excelência e certamente eu sempre digo: o Araguaia precisa de pessoas que vêm para cá para trabalhar, o Araguaia não quer pessoas que vêm aqui no ano de eleição, ganham o voto, vão embora e nunca mais volta. Não é o seu caso, o senhor é bem recebido aqui por todos nós.

Cumprimento o Vereador Cristiano Lorscheiter Rocha, Presidente da Câmara Municipal de Confresa, em seu nome saudar a Vereadora Lucimeire Lázara, que também compõe esta mesa de honra; os vereadores e as vereadoras de toda a nossa região; nosso Promotor Fábio Rogério, que nos honra com sua presença; Jefferson Mascarenhas, que representa o Secretário de Estado de Segurança; Dr. Rhadell Bedim, Presidente da 27ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil; Giliard Brito, Coordenador do IFMT da cidade de Confresa; Paulo Rodrigues, que recentemente assumiu a Unidade do INCRA aqui na cidade de Confresa; Antônio Tadeu; Luís Cláudio, que já fez a sua palestra, representante da Prelazia; Padre Alex, enfim, eu quero saudar e cumprimentar todos vocês.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Neste momento tem muita gente, muitas pessoas que não entendem o objetivo da Audiência Pública.

Há poucos dias, no Alô Brasil, nós levamos lá o Presidente do INCRA, o Superintendente Estadual, aliás, Diretor Nacional do DNIT, o Presidente da FUNAI, a Coordenadora de Licenciamento do IBAMA e o Ministério dos Transportes para debater a BR-158, porque são os movimentos que fazem e é importante que consigamos dar passos. Eu tenho certeza que esta reunião, Deputado Valdir Barranco, nós vamos receber várias reclamações, nós conhecemos a maioria delas, ao mesmo tempo em que o Independente está para ser regularizado, mais de cinquenta e poucos títulos daqui a alguns dias, o Tatuibi, o Uirapuru... nós temos em toda a região outros assentamentos que pedem que tenhamos pressa, que consigamos resolver os seus problemas. Mas nós temos trabalhado pelos assentados desta região.

Nós sabemos que o título é o grande sonho, o título é o momento especial, mas ao lado dos prefeitos da região, Daniel Rosa, Vossa Excelência que preside os nossos consórcios, estamos procurando melhorar as nossas estradas.

A energia começa a retomada das ligações que nós temos ainda a serem realizadas, ficamos um tempo paralisados e agora em outro momento nós queremos chegar em cada município que tem essa demanda aqui na região; assistência técnica nós debatemos durante a semana anterior aqui na cidade de Confresa, com a busca da melhoria da EMPAER que está discutindo com os prefeitos aqui da região; as cadeias produtivas que nós queremos trabalhar, como o leite, a piscicultura, a fruticultura, porque vocês farão parte, já fazem parte, com muita força, dessas cadeias produtivas.

A regularização é um sonho, é a possibilidade de tranquilizar, de ter o seu título, ter acesso ao banco e aí, certamente, a Confresa que falamos que tem o maior número de assentamentos do Brasil e que é verdade, ao lado de tantos outros da região, também vai ser uma cidade altamente produtiva, principalmente dos produtos hortifrutigranjeiros, até porque para nós e eu vejo aqui produtores de grande escala, é um orgulho nós falarmos que Mato Grosso é o maior produtor de soja, de milho, de algodão, de carne. Isso é muito bom, mas para nós é vergonhoso falarmos que o Mato Grosso importa a banana que vai à mesa de cada cidadão, mas são nos assentamentos, são nas propriedades menores que nós temos condições de fazer com que essa produção cresça.

O Prefeito Ronio já trabalha - eu não quero atrapalhar a fala dele e nem se ele se lembraria de falar isso - a possibilidade, em um futuro muito próximo, termos um centro de abastecimento e distribuição em toda a região para poder atender os nossos assentamentos.

Deputado Valdir Barranco, o INTERMAT me parece que está conseguindo achar o seu eixo, o araguaense, o araguaiano, eu não sei como se fala, Cândido Teles, orgulho nosso, hoje é o nosso Presidente do INTERMAT, está com muita vontade, com muita determinação, está mostrando ao Governador Pedro Taques que o Governador precisa investir, está sonhando e eu estou acreditando nesse sonho, de que 50 mil títulos serão entregues até o final do ano que vem, não é conversa de eleição, principalmente na habitações que estão espalhadas em cada município de Mato Grosso e aqui no Araguaia não é diferente, aonde somente no Norte nós temos 1.586 residências que precisam ser tituladas, e isso evidentemente vai ocorrer.

Neste exato momento nós estamos lá em Nova Floresta, Prefeito Daniel Rosa, cuidando do Assentamento da Vila de Nova Floresta e RP, vamos à Canabrava do Norte, neste final de semana, que é a titularização por parte do INTERMAT e aí eu queria e aqui pensando, Deputado

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Valdir Barranco, que Vossa Excelência e eu e mais todo mundo lá da Assembleia Legislativa, o nosso Presidente Deputado Eduardo Botelho é um Presidente gente boa. É um Presidente de visão, um Presidente que compra as ideias. Eu penso que nós poderíamos fazer um estudo e propormos ao nosso Presidente que faça com o INCRA, se possível, no Estado todo, também uma Cooperação Técnica como está fazendo com a EMPAER, onde a Assembleia Legislativa deverá destinar 01 milhão e 800 mil reais nessa Cooperação Técnica para contratação de técnicos, para contratação de equipamentos e de veículos para que possamos acelerar esse processo, até porque nós sabemos que a vontade do Paulo é grande, a vontade do Bosco, a sua, de todos os companheiros que compõem o INCRA aqui na nossa região.

Nós não estamos criticando, mas a grande verdade é que a estrutura do INCRA é deficitária em relação à demanda que nós temos aqui na região do Araguaia e em todo Estado de Mato Grosso. Nós só vamos conseguir crescer se darmos as mãos.

Os municípios são parceiros, todo prefeito que você bater na porta dele, ele estende as mãos. Os legisladores entendem isso e aprovam essas ideias.

Eu quero me colocar a sua disposição como Secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa para que estudemos um processo, um quantitativo e com a nossa força, não é com a nossa força, é com a força desta região, principalmente, nós conseguimos buscar um recurso para que o INCRA melhore, acelere, tenha mais gente, tenha mais carro.

Paulo, não é uma crítica, desculpe, o Paulo não veio contar isso para mim, mas o nosso representante do INCRA de Confresa não tem um carro para andar! Como que nós vamos regularizar se ele não tem nem um carro para andar?

Nós temos que ajudar nisso e eu quero me colocar a sua disposição, elogiar pelo seu trabalho, conte comigo nesse quesito da regularização fundiária porque eu sou um apaixonado, você sabe disso. Quantas vezes nós estivemos lá na sua Superintendência brigando por esta região. E com você junto e outros companheiros que também possa se somar a nós, nós vamos sonhar novos títulos em dezesseis, dezessete, em dezoito e no futuro acabar com o sofrimento dessa gente trabalhadora aqui do Araguaia.

Um abraço a todos!

Sintam-se em casa! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, Deputado Baiano Filho, vamos com certeza somar esforços lá na Assembleia Legislativa para que a Assembleia Legislativa dê, além dessa contribuição que já são as Câmaras Setoriais, as Audiências Públicas, é importante e imprescindível e é papel nosso, enquanto Parlamentar, ouvir a população. A população tem que ser ouvida. O político não pode vir só para pedir voto e não aparecer mais aqui, nós temos que estar permanentemente dando essa possibilidade.

Nós sabemos que aqui nós temos várias autoridades que falarão, mas a fala mais aguardada é a do Paulo Garcia, que é o representante da Superintendência do INCRA, alguém com muita experiência, já foi Superintendente do INCRA de Marabá e que na Superintendência, desde que assumiu a titulação, tem feito a diferença em que pese os poucos recursos, tanto financeiro quanto humano. Não é, Paulo? Nós temos estabelecido algumas parcerias, é importante os prefeitos fazerem essas parcerias, porque se depender só dos servidores do INCRA não vai ter titulação. O INCRA não tem condições de fazer por mais que tenha esforços.

As prefeituras têm feito essas parcerias e é preciso continua-las para que possamos avançar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Então, nós vamos deixar o Paulo Garcia a falar por último. Como o povo, em Audiência Pública, é quem mais é importante, nós vamos ouvir agora três representantes da plateia que já se inscreveram aqui.

Eu vou pedir permissão para quebrar o protocolo e vamos ouvir o Fernando Nascimento Tulha Filho, Secretário Municipal de Agricultura do Município de São José do Xingu. Na sequência, após a fala do Fernando, já fica aposto o Sebastião Martins Neto, da Gleba Naves, que já pode ficar próximo dele e depois será o Roni Amaro de Oliveira, que disporão de três minutos.

Com a palavra o Fernando.

O SR. FERNANDO NASCIMENTO TULHA FILHO – Eu vou ser bem rápido, Deputado Valdir Barranco.

Boa tarde a todos!

Em nome de São José do Xingu eu cumprimento todos os integrantes da mesa; alguns conhecidos meus, como o Dr. Rhadell Louzada e toda plateia presente.

Deputado, parabéns pela iniciativa desta Audiência Pública, de um tema tão relevante quanto este que é a regularização fundiária, rural e urbana em nosso Estado.

Até onde eu sei, se eu não me engano, são 5% tão somente de terra tituladas em nosso Estado. Se eu estiver errado, me corrijam, foi o que eu ouvi na última reunião da SEAF, no Município de Querência. 5%. É um percentual extremamente pequeno desde que iniciaram as leis de reforma agrária em nosso Estado, considerando Mato Grosso.

Eu estou em São José do Xingu há mais de 35 anos e convivo com a questão de reforma agrária, de invasões de terras, de assentamentos do INCRA, tenho várias pessoas conhecidas aqui na plateia que vivem no dia a dia essa situação, essa realidade. Há vários anos que não se conclui esse processo.

Regularização fundiária é dar o título de proprietário àquele que detém a posse de um assentamento no INCRA, considerando aqui o assentado do INCRA.

Juridicamente isso vai trazer uma segurança e essa segurança jurídica, Deputado Valdir Barranco, é extremamente necessária para que ele tenha a tranquilidade, à família o conforto de estar em cima de um pedaço de terra que é seu. Poder dizer: isso aqui é meu e poder produzir aquilo que ele tiver a vocação e que o mercado tenha uma aceitação.

Regularização fundiária seria um dos itens necessários aos produtores da agricultura familiar que estão aqui presentes.

Serviço de Inspeção Municipal eu considero um outro item de extrema relevância nesse sistema, mas isso cabe ao município, aos prefeitos, aos Secretários de Agricultura colocarem isso em marcha.

Patrulha rural mecanizada, uma outra necessidade, os assentados não têm condições de pagar máquinas.

O último item que eu considero extremamente importante, é assistência e acompanhamento técnico para que tenham um aumento de produtividade esses agricultores, esses produtores da agricultura familiar.

Sem isso, Deputado, não é possível trabalhar. Não é possível que a agricultura familiar saia do papel de reforma agrária e vá efetivamente ocupar um espaço no mercado.

Nós tivemos aqui alguns infortúnios, nós que eu falo, eu considero todos os municípios aqui presentes, da região do Araguaia/Xingu, infortúnios com relação à escolha ou à determinação da empresa, que vá fazer o geo, que foi contratada para fazer o geo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Muitas dessas empresas, Deputado, e eu chamo a atenção do Dr. Fábio Rogério, do Ministério Público, inclusive eu tinha uma audiência com o senhor e com a Dr^a Rebeca justamente para explicar essa situação. Situação essa que é inconcebível e intolerável. Nós temos processo parado desde 2014, nós estamos em 2017, já são quatro anos de espera, o tempo está passando e as coisas não se resolve.

Essa morosidade desse processo, Sr. Paulo Garcia, eu gostaria que dentro do INCRA também fosse agilizado esse processo. Nós temos glebas em São José do Xingu que está tudo concluído, passado pela cartografia, mas que falta dar andamento, está paralisado lá. Está tudo correto.

O Dr. Dario comentou que está sacramentada a cartografia e não tem o que corrigir. Nós precisamos que venham os técnicos para fazer a titulação.

Mais uma vez parabênzo o Deputado Valdir Barranco.

Boa tarde a todos. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Com a palavra, o Sr. Sebastião Martins Neto, da Gleba Naves.

O SR. SEBASTIÃO MARTINS NETO – Boa tarde a todos!

Cumprimento os componentes da mesa na pessoa do Deputado Valdir Barranco, Deputado Baiano Filho e todos os presentes.

Quero informar que fora essas questões das áreas do INCRA e assentamentos, nós temos aqui outras áreas que nunca foram regularizadas e que hoje ainda se encontram em conflito agrário.

Nós entramos com um pedido de regularização fundiária, no Ministério Público, e até hoje nós não conseguimos. Deu-se início ao processo e montaram uma comissão de negociação onde essa comissão nos travou por quase um ano. Nós tivemos que desmanchar aquilo tudo, colocamos o processo de novo em andamento e até hoje esse trem está parado.

Nós pedimos ajuda dos senhores no Poder Legislativo para que olhem por nós nessa questão.

Eu gostaria que tivesse aqui um representante do INTERMAT, porque tudo que pedimos lá no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, nós mesmos, os representantes, pedimos e eles negam, ficam nos enrolando e nunca apresentou nenhum documento das nossas áreas.

Nós estamos precisando regularizar essas áreas, encerrar com esses conflitos.

Antes de entrarmos com esses processos, com esse pedido de regularização, ninguém nunca tinha nos perturbado lá, não! Vivíamos sossegados. Quando o processo caiu no *Diário Oficial da União*, apareceu dono de tudo quanto é lado.

Tem área aqui, Barulho e outras áreas que apareceram cinco donos, na nossa área também, e aí, quem tem dinheiro, regulariza. A nossa área regularizou documento em cima, fez o cadastro em cima do nosso, pegou financiamento no banco para acabar de nos tirar, aproveitou... e nós nunca conseguimos. Esse processo é desde 2009 e não vai regularizar a nossa parte nunca. Eles vão nos tirar porque o bolso está cheio de dinheiro.

Nós estamos pedindo ajuda a vocês porque nós temos muitas áreas como as glebas Naves, Três Flexas, Barulho e outras que têm esse mesmo problema. Nós entramos e o representante do Ministério Público pode passar isso, eles estão empenhados, mas a burocracia atrapalha.

Era só isso mesmo, eu peço ajuda dos senhores nesse processo.

Muito obrigado a todos. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, Sebastião.

Com a palavra, o Sr. Roni Amaro de Oliveira, do P.A Santo Antônio.

Aproveito para agradecer a Vereadora Isabel Fernandes, do Município de Ribeirão Cascalheira, que também se faz presente.

O SR. RONI AMARO DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos!

Eu quero fazer uma pergunta aos Deputados que estão presentes: eu quero saber por que é que o Mato Grosso tem a maior carga tributária do País? Se nós temos que pagar a dívida da Copa do Mundo para depois o imposto vir parar aqui.

Era só isso.

Muito obrigado a todos. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Vamos ouvir agora um da mesa, o Padre Alex, da Coordenação Regional CPT/Araguaia.

O SR. ALEX – Boa tarde!

Cumprimento o Deputado Valdir Barranco e todos os presentes.

Em relação à questão em pauta, sem me delongar muito, fazendo um breve retrocesso histórico, a história do Brasil fora sempre marcada pela questão dos conflitos em relação à questão agrária.

Desde o Tratado de Tordesilhas, após a descoberta da terra do Novo Mundo, há disputa entre Portugal e Espanha em função das novas terras descobertas.

No início da colonização do Brasil, em 1530, inicia-se o processo das Capitânias Hereditárias e Sesmarias, assim como o processo da colonização no Brasil, essa começa da seguinte forma: a partir da grande concentração de terras/latifúndios, as monoculturas, monocultura da cana-de-açúcar, a exploração da mão de obra escrava e a abertura ao mercado internacional. Produção de açúcar para a Europa.

Em 1850, a chamada Lei da Terra e essa Lei da Terra ela vai dizer que a aquisição de terras será feita mediante a aquisição junto à Coroa Portuguesa.

Então, cessa as Sesmarias e depois a aquisição de terras junto às Coroas Portuguesas. Nesse momento o Brasil está passando por um processo de transição, saindo da escravatura e começando a chegar os imigrantes para trabalhar no Brasil.

Ou seja, essa lei das terras começa a favorecer o que é chamado grilagem de terras e ao mesmo tempo começa a favorecer a aquisição de terras para os grandes comerciantes, sobre tudo, pessoas ligadas à Coroa Portuguesa, de uma forma que os pobres são excluídos da posse da terra no Brasil.

Depois, em 1964, com a pressão de movimentos de setores da sociedade, tem-se o chamado Estatuto da Terra, ou então Lei da Reforma Agrária. E o destaque que apresenta é justamente a questão da função agrária da terra.

A região da prelazia, a partir da SUDAM, da criação da Superintendência da Amazônia, começa então ter um processo a partir de subvenções do Governo Militar a um processo de grandes ocupações. A partir disso, essa região entra em uma realidade de conflitos entre povos que aqui viviam, os povos tradicionais, outros grupos que já viviam aqui, e a partir de toda essa realidade uma situação de violência.

Adiantando, nós podemos ver que desde o começo, em função dos diferentes povos, povos indígenas, ribeirinhos, sobre tudo que vieram do Tocantins, do Nordeste, depois paulistas, sulistas, toda essa região em relação às questões agrárias, ela passou a ter diversas nuances

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

em relação à questão agrária, onde a terra, para diversos povos representa um significado e ao mesmo tempo um sentido diferente.

Em relação aos assentamentos, historicamente todos os assentamentos começaram, primeiro, pelas pessoas que se organizaram, através de pressão popular e só depois o INCRA veio para regularizar de uma maneira que nenhum dos assentamentos encontra realmente efetivados, concretizados. Depois, com o tempo, essa região passou a ser considerada a última fronteira agrícola do Estado, e ao se tornar a última fronteira agrícola do Estado, essa região passou a contar com diversas infraestruturas, sobre tudo a questão da malha viária é importante, mas o objetivo dessa não fora nem tanto ligar cidades, mas visando escoamento da produção. E vários outros conflitos começaram a aparecer na região em função do interesse de terras, de uma maneira que em 19 de maio de 2005 foi realizado, aqui em Confresa, a CPMI da Terra. Essa CPMI, segundo os objetivos à época, era para fazer um amplo e profundo diagnóstico da situação agrária no Brasil.

A única Audiência que houve no Mato Grosso foi em Confresa. Resultado que o documento final que apresentava todos os conflitos foi descartado pela Bancada Ruralista e saiu um documento, em separado, simplesmente destacando a pujança e o crescimento do agronegócio na região. Isso para colocar um pouco um pano de fundo da nossa região.

Hoje, nós temos a chamada PEC 759. Em relação à situação, nós podemos perceber que passados esses 500 anos, a estrutura fundiária no Brasil permanece a mesma do início da colonização em 1530. Primeiro: concentração de terras; segundo: questão da monocultura, hoje a soja; terceiro: exploração da mão de obra e quarto: atendimento do mercado estrangeiro. Com isso, a PEC traz, ao contrário do que diz uma segurança jurídica, eu vejo uma insegurança jurídica, pelo seguinte: é claro que o título da terra é tão sonhado por todos e muitos lutaram e lutam por isso há anos, mas conforme uma fala do Ministro da Agricultura, não importa a posse da terra, importa é a produção.

Nesse aspecto, o que é que se apresenta? O que é que se tem? A insegurança jurídica que se apresenta é justamente com a titularização essas terras se tornam mais fáceis de serem reavidas pelo capital. Então, titulariza-se para tirar os trabalhadores e os assentados da terra.

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, em uma Nota Técnica, apresenta a questão da inconstitucionalidade da Medida Provisória diz o seguinte: dentre vários aspectos a Medida Provisória retira algo que é essencial que está garantido na Constituição, uma vez que na Constituição é garantida a função social da terra e da propriedade. Isso é retirado pela Medida Provisória uma vez que isso desaparece.

Em relação a essa questão, a CPT, que desde a sua criação, sempre foi solidária à luta do povo da terra e continua firme na sua luta, solidária à luta dos camponeses e camponesas, sobre tudo, diante desse momento que nós estamos vivendo.

Nós reforçamos a necessidade da regularização fundiária, mas não conforme a apresentada na Portaria nº 759, ao contrário, uma regularização fundiária que leve em consideração a realidade dos trabalhadores e trabalhadoras, a realidade dos assentados, porque da maneira que está, quando for sair a titularização, a regularização fundiária, a pressão será grande em cima dos assentamentos para que o povo saia. “É, mas eu não vendo...!” Tudo bem, você não vende, mas quando você se sentir pressionado, sobre tudo pelo uso de agrotóxicos nas lavouras, destruindo tudo que você planta, você é obrigado a vender. Existem casos na região que mostram isso claramente.

Então, acima de tudo é importante o respeito aos trabalhadores e trabalhadoras, porque não é só a titularização, mas que haja de fato uma consolidação dos assentamentos com a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

infraestrutura necessária e com condições para que o trabalhador e a trabalhadora rural consigam tirar a própria subsistência do campo.

Portanto há de se levar em consideração, na regularização fundiária, que não prive só pelo aspecto econômico, mas que leve em consideração os fatores sociais e os fatores ambientais com respeito aos povos indígenas, aos povos tradicionais da região, retireiro do Araguaia, quilombolas, com respeito aos assentados e com todos os que trabalham no campo. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Agradeço o Padre Alex, que fez mais do que uma intervenção, fez uma palestra.

Convido para fazer uso da palavra, o Dr. Rhadell Bedim Louzada, Presidente da 27ª Subseção da OAB de Vila Rica.

Eu só quero alertar que as meninas do Cerimonial elas ficam lembrado o tempo porque ainda tem dezenove pessoas para falar, tem gente que mora longe e quer ouvir o Paulo falar, quer que ele tire as dúvidas. Não é que elas estão sendo chatas, não, é que elas estão preocupadas com vocês.

O SR. RHADELL BEDIM LOUZADA – Boa tarde a todos!

Primeiramente devemos agradecer a Deus por estarmos todos aqui.

Cumprimento o Deputado Valdir Barranco e parabenizo pela iniciativa, não teria ninguém mais preparado do que ele para presidir esta Audiência Pública, porque já foi Superintendente do INCRA; Deputado Baiano Filho, que é um eterno parceiro do Araguaia e das causas do Araguaia; prefeitos presentes, Ronio Condão e Daniel Rosa, em nome dos senhores eu cumprimento todos os prefeitos; em nome do Cristiano, Presidente da Câmara, cumprimento todos os vereadores, em especial um cumprimento à Vereadora Lucimeire, a única mulher da mesa.

Parabéns!

Cumprimento ainda o Comandante Jefferson, em seu nome cumprimento todas as forças policiais da região; Dr. Fábio Rogério, nosso representante do Ministério Público; cumprimento a todos e em especial cumprimento o nosso amigo Fernando Nascimento, que fez uma bela explanação, muito do que eu iria falar, o Fernando já disse, vai encurtar a minha fala, Deputado Valdir Barranco.

Quando falamos em regularização fundiária nós temos duas formas de abordar: a regularização fundiária de áreas públicas e a regularização fundiária de áreas privadas.

Quando falamos em regularização de áreas públicas, falamos em regularização de áreas da União, do Estado e do Município.

Neste momento, eu tenho que fazer um parêntese, eu gostaria muito de ter cumprimentado também um representante do INTERMAT aqui, hoje, porque nós estamos falando em regularização fundiária e não regularização de P.A, apenas. A regularização tem que ser tratada como um todo... (PALMAS). Nós temos que unir o pequeno, o médio e o grande. Não tem que haver conflito entre um e outro. O pequeno vai fomentar a agricultura familiar, vai abastecer a região e vai tirar o seu sustento da terra; o médio vai gerar mais empregos e também vai abastecer a região e o grande vai fomentar o agronegócio.

Então, as três categorias de produtores são importantes. Nenhuma é mais do que a outra. Todos têm a mesma importância e tem que ter o mesmo atendimento na questão da regularização fundiária.

Eu digo isso porque eu ouvi aqui, hoje, algumas pessoas falando em desapropriação, em conflito, em briga. Eu acho que está na hora de parar de fomentar esse conflito.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Por hora - prestem bem atenção - eu penso, na minha humilde opinião, Deputado, que não necessita haver mais nenhuma desapropriação no Brasil. Nenhuma. O INCRA, hoje, já tem área suficiente para assentar muitas famílias e não faz, seja por falta de estrutura, seja por falta de dinheiro ou por falta de pessoal capacitado para isso! (PALMAS)

Não adianta você falar em programa habitacional, levantar uma casa até chegar à fase do telhado e antes de fazer o telhado passar para a casa seguinte, para a casa seguinte, para a casa seguinte. Você não vai colocar ninguém para morar em nenhuma dessas casas. Você vai ter trinta casas levantadas e ninguém usufruindo delas. Hoje é isso que acontece nos nossos P.As.

Nós temos P.As implantados há décadas sem que o cidadão que está lá dentro trabalhando tenha o título, tenha acesso ao banco, tenha acesso aos implementos, às máquinas e às condições de trabalho. O que resulta? Ele abandona aquela área. Aí vem aquela história: “Ah, ganhou do INCRA e foi embora. É vagabundo.” Não é isso! É como foi dito, não adianta colocar o “cara” lá para extrair calango. Você tem que colocar o parceleiro na área, dar o título para ele com a condução resolutiva hoje de dez anos. É muito tempo. Você não pode obrigar a pessoa a ficar dez anos no local. Cinco anos eu acho que seriam suficientes para o “cara” poder, vamos supor: eu não me adaptei, eu quero mudar para outra região, mas eu trabalhei cinco anos na minha e quero comprar do meu vizinho! Com cinco anos o meu vizinho já pode me vender e eu, com o dinheiro que eu ganhei na minha, que o Estado me deu condições de trabalhar na minha área, eu vou comprar do meu vizinho, vou deixar de ser pequeno e vou me transformar em médio.

O Estado tem que propiciar que o cidadão faça isso. Isso eu estou falando em área da União.

Quando falamos em área do Estado, por isso que eu acho que seria importante o INTERMAT estar aqui, o Estado de Mato Grosso, através do INTERMAT, tem o processo de regularização fundiária. Não importa se é pequeno, médio ou grande você pode entrar, atendendo os requisitos, para regularizar a sua área, só que é um processo extremamente demorado, extremamente moroso e quando ele termina tem que passar ainda por votação na Assembleia Legislativa e depois que tudo isso acontece, você tem que pagar um valor exorbitante pela terra para ganhar o seu título do Estado de Mato Grosso.

O Estado de Mato Grosso deveria criar um processo mais célere e mais barato para regularizar as áreas do Estado. Foi dito aqui, pelo Deputado Baiano Filho, das áreas que estão sendo regularizadas, em Porto Alegre do Norte, e isso tem que se estender por todo o Estado, porque é uma equação que só diminui, perde o produtor que não tem o título e nem acesso a banco, a financiamento, à tecnologia; perde o Estado que deixa de arrecadar e perde a sociedade como um todo porque os conflitos não param por causa da insegurança jurídica da ausência de títulos.

Por fim, para não me estender mais, o meu tempo já está esgotado, têm áreas, como eu disse no início, que são privadas. Essas áreas, por mais que o INCRA tenha boa vontade, por mais que o INTERMAT tenha boa vontade, não tem outra solução para regularizar, como é o caso da gleba Naves. Vocês têm que ir para o usucapião. É o único meio jurídico, se você está na terra pelo tempo necessário, está cumprindo a função social que a Constituição prevê, o Judiciário vai lhe dar o título. O problema é a morosidade do Judiciário.

Então, outro aspecto importante para a regularização fundiária é combater a morosidade do Judiciário, porque a grande maioria das áreas que precisam ser tituladas no Brasil e no Mato Grosso, não está nas mãos do INCRA e nem está nas mãos do INTERMAT.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Aqui no Estado, por exemplo, o Deputado Valdir Barranco conhece a situação melhor do que eu, a maioria dos títulos da região foi expedida nas décadas de 50 e 60. Eram títulos entre oito a dez mil hectares. Eram expedidos títulos grandes para você incentivar a pessoa vir de grande distância, porque aqui não tinha estrada, era só mata. Muita gente ganhou esse título lá nas décadas de 50 e 60 e nunca pisou aqui. Por isso que têm tantas posses sem título aqui na região.

Essas áreas que as pessoas ganharam títulos nas décadas de 50 e 60 elas somente são passíveis de regularização ou através de desapropriação e entrega do título pelo Estado ou através do usucapião. A forma de regularizar seria agilizar e baratear esses dois processos.

Eu espero que com isso, Deputado, eu tenha dada a minha contribuição e agradeço a todos pela atenção. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado!

Parabéns, Dr. Rhadell Louzada!

Muito obrigado por Vossa Excelência ter se deslocado de Vila Rica até aqui para abrilhantar com a sua fala esta Audiência Pública.

Lamento mais uma vez a ausência do INTERMAT nesta mesa, foi convidado formalmente, não precisaria nem ser convidado, é obrigação do Estado, foi convidado formalmente e, no entanto, mais uma vez não se faz presente. Fica só na fala e na propaganda com essa história de que vai entregar 50 mil títulos.

Título não é um documento que você escreve lá no computador e imprime na impressora. Para se ter um título há precedentes. Nós temos aqui o exemplo do INCRA, quero com isso enaltecer a presença do Paulo Garcia, que tem estado, enquanto INCRA, em todas as Audiências Públicas e que sabe o quão é complexo você expedir um título. Há precedentes, você tem que ter georreferenciamento, peças técnicas, memoriais descritivos e isso leva tempo.

Então, nós vamos encaminhar expediente novamente ao Presidente do INTERMAT lamentando a ausência dele na discussão de um tema tão importante.

Convido o Dr. Fábio Rogério de Souza Sant'Anna Pinheiro, Promotor da Comarca do Município de Porto Alegre do Norte e já agradecer também pela presença do Ministério Público aqui nesta mesa.

O SR. FÁBIO ROGÉRIO DE SOUZA SANT'ANNA PINHEIRO – Primeiramente, boa tarde a todos!

Eu quero saudar todos os componentes da mesa, em especial a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, por promover este evento, representado pelo Deputado Valdir Barranco; estendo o meu cumprimento também para o Deputado Baiano Filho, que representa também a Assembleia Legislativa; ao prefeito de Porto Alegre do Norte, Daniel Rosa; Prefeito Ronio Condão, anfitrião; Prefeito Luiz Castelo, de São José do Xingu; Polícia Militar; representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Rhadell Louzada.

O Ministério Público agradece a presença para participar de um evento de tamanha importância.

Enquanto no Tribunal Superior Eleitoral são discutidas as decrescências por parte da mais alta classe política, aqui nós estamos debatendo os direitos mínimos da população carente, do pequeno e do médio produtor rural. Nós estamos falando de moradia digna, é o que está estabelecido na Constituição, no art. 6º.

Dr. Rhadell Louzada, assim como o doutor sentiu falta do representante do INTERMAT, eu sinto falta de um representante do Poder Judiciário para poder cumprimentar aqui

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

desta mesa e como muitos aqui são representantes de glebas, Sr. Presidente da Mesa, Deputado Valdir Barranco, eu também sinto a falta de um perito agrimensor, porque quando falamos de gleba, falamos de vértices, falamos de divisão.

Então, é importante ter um perito agrimensor para debater o problema de divisa, porque quando falamos de gleba, falamos de terrenos que são cercados por lotes.

É importante a presença de um perito agrimensor para poder debater um problema tão importante que aflige a população do Araguaia. É extremamente importante.

Eu quero saudar as mulheres presentes, pais e mães que tiveram que se deslocar das suas cidades para estarem aqui. Mães que inclusive são chefes de família, mães que tem preferência na política da reforma agrária conforme está previsto na Medida Provisória 759/16. É importante também a presença das senhoras aqui, porque o interesse é o que aflige o sono de vocês também.

O Ministério Público, para não me alongar, é parceiro para debater esse tema dessa dimensão. Nós estamos aqui para poder acompanhar, sabemos que é um problema, sabemos da morosidade do Poder Judiciário.

Eu já me comprometo a dar preferência a todos os processos judiciais quando estiverem no meu gabinete... (PALMAS)... por isso eu sinto a falta do Poder Judiciário que tem a Comissão do Tribunal de Justiça só para verificar a regularização fundiária.

Sr. Presidente, eu acho importante debater, levar à frente, Vossa Excelência estando em Cuiabá tem mais acesso ao Presidente do Tribunal de Justiça para poder debater esse tema afeto a toda a sociedade aqui do Araguaia.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, Dr. Fábio Rogério, também está registrado, é muito importante a fala de um Promotor de Justiça aqui, a presença dele, a proximidade com a população que muitas vezes tem dificuldades a ir ao encontro do Ministério Público.

Nós sabemos que o Ministério Público está aí para fazer a defesa daqueles que mais precisam e que na maioria das vezes não tem recurso financeiro para ir em busca dos seus direitos, em busca da justiça.

Convido para fazer uso da palavra mais três representantes da plateia. Marcileia Maria Silva Souza Sena, agricultora; depois da Marcileia falará o Geancarlos Francisco Guimarães, Vereador por Confresa e depois o José Pereira, o Pereira, Vice-Prefeito aqui de Confresa.

A Marcileia está presente? Não.

Na sua ausência, com a palavra, o Geancarlos Francisco Guimarães, Vereador por Confresa.

O SR. GEANCARLOS FRANCISCO GUIMARÃES – Boa tarde a todos!

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus por ter dado mais esta oportunidade de estarmos aqui discutindo políticas e, principalmente, política voltada para o pequeno agricultor do Município de Confresa e dos municípios circunvizinhos.

Agradeço, em nome do povo de Confresa, o Deputado Valdir Barranco por ter essa iniciativa de realizar esta Audiência Pública para debater assunto de tamanha importância como é a agricultura familiar; aos prefeitos, ao representante do Ministério Público, enfim, todos os órgãos aqui representados e nosso Prefeito anfitrião, Dr. Ronio Condão.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Companheiro Deputado, o que nos preocupamos de fato, quando Vossa Excelência era Superintendente do INCRA de Mato Grosso Vossa Excelência trouxe a Unidade Avançada do INCRA aqui para Confresa, mas nós precisamos mais, precisamos que a nossa Unidade seja Unidade gestora, que tenha elemento suficiente, servidor suficiente e recurso para atender a demanda desta população, porque de fato e de verdade, nós que convivemos o dia a dia com os nossos pequenos agricultores, vivenciamos a dificuldade desses pequenos agricultores quando vão até a nossa Unidade onde temos insuficiência de servidor, insuficiência de veículo, insuficiência de pessoal para atender uma demanda tão grande como de Confresa, Santa Terezinha, Vila Rica, Canabrava do Norte, Santa Cruz do Xingu, São José do Xingu e Porto Alegre do Norte. (PALMAS)

Companheiros, queremos debater e discordo de algumas palavras que não necessitamos mais de reforma agrária ou de ampliar essas terras. Sem sombra de dúvida, temos muitos trabalhadores que ainda estão aquém e coloco a culpa também na federação e no próprio INCRA.

Lá em Marãiwatsédé, quando tiraram de lá aquela população, muitas ainda estão a ver navios e o Estado covardemente ainda não atendeu a demanda e nem a súplica daquele povo. (PALMAS)

Quero dizer também, Deputado Valdir Barranco, que temos aqui em Confresa demandas, muitas demandas, como por exemplo, a Bridão Brasileiro, que diz que está tudo arrumado e nada está arrumado.

Nós que somos da base vivenciamos, sabemos o que temos e convivemos o que eles estão passando lá.

Precisamos, sim, de um INCRA autêntico que vá até lá e veja a situação daquele povo e não deixe apenas o sacrifício da prefeitura para que realize tudo e faça tudo.

Quando temos o recurso do FETHAB, onde o Governador, que não é muito chegado aos pequenos, ele queria tirar o dinheiro do FETHAB. Sabemos que a única salvação ainda para a realização e a construção de bueiros, pontes e estradas, porque temos ainda, Sr. Deputado, escolas que começaram há poucos meses, que já deveria ter iniciado, por falta de estradas, isso porque os nossos recursos ainda são insuficientes. Por isso rogo a Vossa Excelência para que vá e leve essa mensagem, para que distribua àquela Assembleia Legislativa, tenha misericórdia desse povo e aumente os recursos para o INCRA, para a federação.

Quero dizer mais, Sr. Deputado, temos uma gleba chamada Ayrton Senna que o povo está lá jogado ao léu.

Temos aí o Poder Judiciário, onde teve várias audiências e teve uma menção do Tribunal de Justiça, a Procuradoria queria organizar a questão fundiária dessas glebas como do INCRA que tem documento sobrestado, documento afastado, enfim, queremos resolver. O povo está aí para trabalhar.

Esse povo é um povo trabalhador e merece todo o nosso respeito e nós estamos aqui para fazer o que puder por eles, porque nós somos eleitos e constituídos para isso.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Valeu, Geancarlos.

Com a palavra, o Sr. José Pereira, Vice-Prefeito do Município de Confresa. Depois dele, falará Nelcy Adelaide da Silva, do P.A Piracicaba.

O SR. JOSÉ PEREIRA – Boa tarde a todos!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Cumprimento o Deputado Baiano Filho; o Deputado Valdir Barranco; todos que compõem a mesa; agricultores e agricultoras.

Deputado, a minha fala é uma fala muito curta, mas é uma fala para que nós possamos entender o tamanho da nossa demanda. Eu nem vou falar de problema, eu vou falar de demanda para que todos saiam daqui, o Paulo Garcia, do INCRA, saia daqui com isso na cabeça, o tamanho do desafio que você tem, nas áreas do INCRA, para resolver. Assim como as áreas de glebas, as áreas urbanas que nós temos alguns pontos a ser resolvido.

Temos alguns dados para repassar aos senhores: Confresa em relação a Mato Grosso, temos 350 mil hectares de área do INCRA. Isso corresponde a 65% do território municipal.

Vejam bem: Mato Grosso, as áreas do INCRA correspondem a um percentual de 6% do Estado. Em Confresa nós temos 65%.

O Araguaia, os municípios do Araguaia - são dados do INCRA, estão lá no acervo fundiário, quem quiser ter acesso é só chegar lá e baixar os dados - têm 14% do território do Araguaia é área do INCRA. Confresa 65%. Eu pergunto: o INCRA, hoje, tem equipe para que nós possamos dar velocidade nesse processo?

O que é que o INCRA, junto com os municípios, junto com os presidentes de associações, junto com câmara de vereadores, junto com a Assembleia Legislativa, o que poderemos fazer para potencializar isso, para agilizar?

Para vocês terem uma ideia, de 66% dos assentamentos do Araguaia só 6 começaram o processo de titulação. 6 ou 7. Alguns não foram liberados nenhum título, como o P. A Independente I. É muito trabalho que tem pela frente.

Nós temos que parabenizar todos os presidentes de associações, porque desses 66%, através dos termos de cooperações, trinta e um assentamentos do Araguaia, de Ribeirão Cascalheira para cá, já foram certificados. Agora, precisa fazer o registro, precisa fazer o parcelamento, encaminhar para o Cartório de Registro de Imóveis para fazer o registro e iniciar o processo de titulação.

Nós temos que sair daqui com esse pensamento, com essa firmeza de montar uma estrutura, um plano de trabalho, um grupo de trabalho para que possamos, com essa visão do tamanho do problema que nós temos, montar uma equipe para que se resolva o problema. Senão, vai cinco anos, dez anos, quinze anos e daqui a pouco passa dez anos e temos dois ou três assentamentos resolvidos. E precisa, porque a equipe do INCRA de fato vai fazer, mas vai fazer conforme a estrutura que tem.

O Deputado Baiano Filho colocou muito bem, se for possível a transferência desse recurso para contratar pessoas, adquirir materiais, comprar veículos, montar uma infraestrutura para que esse processo seja realizado, é importante. Nós temos exemplo da regularização das áreas urbanas que só foi possível porque se criou um grupo de trabalho específico para aquilo, que foi o Programa Terra Legal. Juntou uma equipe do INCRA, uma equipe do MDA, uma equipe dos municípios e resolveram o problema.

Deputado, eu já deixo encaminhada a minha proposta para que de fato o Paulo Garcia possa nos encaminhar como é que poderemos fazer isso, junto com o Ministério Público, o Ministério Público tem o Comitê de Regularização Fundiária que poderá participar e vai contribuir muito com isso para que possamos de fato dar velocidade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O Giliard Brito tem problemas, precisa regularizar o Instituto Federal, faz cinco ou seis anos e não consegue, uma instituição federal em cima de uma área federal e não consegue fazer a transferência do patrimônio.

Muito obrigado a todos, espero ter contribuído com essa informação. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Com a palavra, Nelcy Adelaide da Silva, do P.A Piracicaba.

A SR^a NELCY ADELAIDE DA SILVA – Boa tarde a todos os componentes da mesa e da plateia.

Estou aqui para obter uma resposta dos senhores: por que o pessoal está bloqueado? Eu estou bloqueada e tem mais colegas da minha área, da minha região que também estão bloqueadas.

Gostaria muito de obter essa resposta hoje. Eu sou funcionária pública? Sou funcionária pública mesmo, mas vivo na minha gleba há dez anos e nunca consegui ter nenhum recurso de financiamento. Quando eu consegui ser homologada, não tive acesso à documentação nenhuma até hoje. Como é que eu não posso ser funcionária pública? Eu tenho que trabalhar! Sou feirante, trabalho na feira e vendo a minha produção. Não consigo fazer parte da agricultura familiar, por quê? Porque eu não tenho acesso à documentação que precisa do INCRA.

Estou aqui, hoje, para saber de vocês a solução, se vai ser desbloqueado ou não. Eu moro há quinze quilômetros, vivo dentro dela, eu não fico na cidade como tem muita gente que trabalha e mora na cidade. Eu, não, eu vivo dentro da minha área. Eu produzo e trago para a feira. Saio do meu trabalho e vou para a minha chácara, eu não vivo na cidade.

Eu gostaria muito de saber o por que dessas terras estarem bloqueadas por ser funcionária pública, porque eu vivo dentro dela, lá eu produzo, tem curral, tem cerca.

Duvido a mulher produtora que trabalha que tem o que eu tenho dentro da minha terra. Duvido! (PALMAS)

Era isso. Muito obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Parabéns, Dona Nelcy!

Convido para fazer uso da palavra, Marinalva Tavares Vieira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais do Município de Porto Alegre do Norte.

Gente, conforme a nossa dinâmica, o Paulo está anotando as dúvidas e na hora em que ele for fazer uso da palavra, ele já vai responder as dúvidas como essa da Dona Nelcy que servirá para resolver o problema de muita gente, porque o bloqueio, que ele falará depois, que em função do Acórdão 775, do Tribunal de Contas da União, esse bloqueio afetou mais de quinhentas mil famílias no Brasil, cinquenta e cinco no Mato Grosso e a situação da Dona Nelcy que nós já estamos pertinho de resolver, e o Paulo falará depois.

A SR^a MARINALVA TAVARES VIEIRA – Em nome dos representantes do Sindicato dos Trabalhadores da nossa região, eu cumprimento toda a Mesa.

Agradeço a presença de todos os trabalhadores que se fazem presentes neste momento.

Eu quero falar um pouquinho a respeito da titulação. Nós estamos falando da titulação, mas esquecemos de um problema sério que temos em toda a região. Aqui no nosso Município nós temos bastante gente e como representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, conhecemos pessoas que realmente, como essa senhora, que mora realmente na terra. Existem casos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

de pessoas que por adquiriram alguns bens, que fizeram financiamento e adquiriram um carro, que é um carro com valorzinho maior, essas pessoas estão bloqueadas.

Eu acho que aqui em Confresa, o Gean até falou e era o que eu iria falar a respeito disso, a nossa Unidade, Deputado Valdir Barranco, nós temos que lutar para ela ser uma Unidade Gestora, porque se nós não conseguirmos isso, nós não vamos conseguir esse desbloqueio para essas pessoas.

Sabemos que têm pessoas que realmente o problema é sério, que elas não podem ser desbloqueadas, mas sabemos também que têm pessoas que encaixam, que já deveriam estar desbloqueados e não são desbloqueados porque temos esse problema. Tem que colocar a pastinha debaixo do braço e levar lá em Cuiabá para ser desbloqueado. Chegando lá, vai para uma sala e fica adormecido lá por muito tempo.

Eu vejo que não é por falta de interesse do Executor daqui, mas porque tem essa burocracia... (PALMAS). As pessoas que estão presentes, como presidentes de sindicato, vereadores, prefeitos e os Deputados que estão aqui, nós temos que nos unir para ver se conseguimos fazer isso. Tem que ser uma Unidade Gestora por causa disso. O que é que vai acontecer? Nós que estamos nesse movimento, sabemos que têm pessoas que às vezes nem se enquadravam no perfil da reforma agrária e não estão bloqueadas e pessoas que se enquadram estão pagando caro por causa disso, porque conseguiu um veículo ou deixou um endereço em outra cidade e foi pega por causa disso. Nós temos que ver essa questão do desbloqueio.

Esse é um problema sério e o Deputado, representante da Assembleia Legislativa, tem que ver isso para nós.

Outro problema sério: quando fomos fazer o georreferenciamento, e tem muita gente presente, o INCRA foi em cada setor apresentando empresas que estavam credenciadas ao INCRA. Essas pessoas acreditaram nas empresas, colocamos essas empresas para fazer o georreferenciamento. E hoje estamos aqui cobrando, o INCRA, aqui da nossa região, tem que fazer um chamado para essas empresas, porque tem muitas empresas que concluíram o seu trabalho, mas têm muitas que estão sentadas na cadeira, já pegaram o dinheiro e não estão dando conta do serviço.

Eu deixo aqui a nossa indignação com relação a isso e chamo atenção do Executor do INCRA aqui do nosso Município, porque eu acho que ele deve, sim, chamar essas empresas, porque o INCRA sabe de todas as empresas que pegaram na região, chama-las e dar um prazo para que elas cheguem com o serviço até o final, porque é protocolado esse serviço lá em Cuiabá. Se eles não fizerem isso, nós vamos correr o risco de ter pago para eles, eles estão com o dinheiro no bolso e não fizeram nada, não protocolaram a documentação lá.

Muitas empresas estão levando os parceiros no papo e até nós, que somos representantes da sociedade civil organizada.

Muito obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, Marinalva.

Convido para fazer uso da palavra, a Sr^a Marli Lima Ferreira, Vereadora da Câmara Municipal de Confresa.

Na sequência, voltaremos para a mesa e falará o Prefeito Daniel Rosa.

Agradeço a presença da Noely Luz, da cidade de Luciara; Vaglon Diniz, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Confresa.

A SR^a MARLI LIMA FERREIRA – Boa tarde!

Cumprimento a Mesa em nome do nosso Prefeito de Confresa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Parabenizo o Deputado Valdir Barranco por esta belíssima Audiência Pública que o nosso Município, hoje, está recebendo para reivindicarmos as coisas que andam acontecendo no nosso Município. Isso é muito importante.

Os municípios vizinhos, hoje, estão presentes é hora de reivindicar o que está acontecendo no nosso Município e nos municípios vizinhos.

A fala do Gean foi uma fala muito importante sobre o INCRA de Confresa. Nós temos funcionários eficientes, mas não tem respaldo de nada, chegamos lá para cobrar deles e saímos de lá quase chorando, porque não tem condições desses trabalhadores fazerem alguma coisa pelos municípios, porque não tem suporte nenhum, não tem nada.

Eu quero pedir ao Deputado Valdir Barranco e às autoridades que estão presentes que tomem atitude, que venham olhar para a nossa Unidade do INCRA.

Quero também reivindicar do assentamento Bridão Brasileiro, o pessoal do INCRA fala que está regularizado o assentamento, mas até hoje não foi cumprida a Portaria, o Decreto daquele assentamento. A Portaria está aqui e quero entregar às mãos de Vossa Excelência porque nunca foi cumprida essa Portaria.

Dizem que foi baixado um Decreto, eu não vi, de unificação de lotes lá no Bridão Brasileiro, por isso dessas quatrocentas famílias, até hoje, não foi assentada nem uma.

Então, está aqui o Decreto de 2007.

Quero dizer também, Deputado, que agora tem um Decreto da SEMA, no *Diário Oficial*, que todo parceleiro tem que fazer o CAR, senão não tem como ele trabalhar na sua terra, não tem como ele fazer nada.

Esse CAR não é o INCRA que tem que dar para os parceleiros poder trabalhar, fazer alguma coisa na sua terra, comprar o seu gado, e tem parceleiro no nosso município que não tem condições de pagar para a SEMA esse CAR.

Queremos ver a resposta que o senhor nos dará sobre isso.

Agradeço a população de Confresa e de todos os municípios vizinhos a estarem participando deste evento.

Muito obrigada!

Fiquem com Deus! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Com a palavra, Daniel Rosa do Lago, Prefeito de Porto Alegre do Norte e também Presidente do Consórcio Intermunicipal dos municípios.

O SR. DANIEL ROSA DO LAGO – Boa tarde a todos e todas!

Quero, primeiro, agradecer a Deus por esta oportunidade.

Cumprimento o Deputado Valdir Barranco, parabéns pela iniciativa; Deputado Baiano Filho; Prefeito Ronio Condão; Prefeito Castelo; o Presidente da Câmara de Confresa, Cristiano, em seu nome cumprimento todos os vereadores e presidentes das câmaras de vereadores; Dr. Fábio Rogério, Promotor de Justiça e em seu nome, cumprimento todas as autoridades presentes; Secretários de Agricultura e todos os Secretários Municipais.

Cumprimento ainda todos os presidentes de associações, presidentes de sindicatos que estão presentes, é muito importante a participação.

Em especial cumprimento todos os pequenos agricultores da agricultura familiar que são mais importantes.

Deputado Valdir Barranco, é muito importante essa iniciativa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O Deputado Baiano Filho ajudou muito no início do ano para que trouxesse o pessoal do INTERMAT. Trouxemos o Presidente do INTERMAT na caravana e conseguimos com o Governador e o Presidente do INTERMAT trazer uma equipe para começar esse trabalho de regularização. Já está fazendo as vistorias, os levantamentos em duas glebas em Porto Alegre do Norte. São duas regularizações fundiárias lá.

É muito importante para aquela população porque está há trinta anos esperando o título. É o caso de todos os assentamentos.

Estive em Brasília, estive com o Dr. Clóvis, que hoje é advogado do INCRA, com Carlos Bezerra, fui ao INCRA para brigar por isso, pela titulação, Deputado, que é muito importante na nossa região.

Cumprimento o Paulo Garcia e em seu nome, Paulo, cumprimento toda a equipe do INCRA, sabemos as dificuldades que vocês têm dentro do INCRA para que essas vistorias aconteçam no INCRA.

Eu acho que com essa iniciativa do Deputado Valdir Barranco as coisas começarão a andar.

Como Presidente do Consórcio Intermunicipal que faz parte dos sete municípios: Cana Brava do Norte, Porto Alegre do Norte, Confresa, São José do Xingu, Santa Cruz do Xingu, Vila Rica e Santa Terezinha, eu quero dizer que a classe dos pequenos produtores é muito importante. A Titulação para vocês, que é um sonho, é que vai conseguir segurar vocês nessas áreas. Essas áreas de terra, a maioria delas, está muito, muito mesmo já deteriorada, já degradaram, os pastos já são ruins. Como é que você vai criar gado em cima de ervas, não tem capim? Precisa de reformas, precisa de investimento.

Como Presidente de Consórcio, nós precisamos desenvolver muitas cadeias produtivas, como a do leite, várias cadeias produtivas, produzir frutas, muitas.

É como o Deputado falou, até a banana é importada para cá. Então, precisamos, sim, desenvolver muito isso e os Secretários de Agricultura, os presidentes de associações, e vocês, que são as pessoas que vão estar no dia a dia, no campo, trabalhando, é muito importante que isso aconteça, desenvolva e dê renda para a família para que não saia lá da área, para que fique lá.

A história dessa senhora é muito importante e cheguei a arrepiar. Por quê? Eu nasci na pequena agricultura e fui criado na pequena agricultura. Eu sei como é a dificuldade para produzir e vender o produto. Através do Consórcio podemos fazer muito mais, podemos desenvolver cooperativas para que vocês produzam e tenham onde entregar. Mas se não tiver o título, as dificuldades são maiores. Muito maiores.

Deputado Valdir Barranco, não deixe parar por aqui, trabalhe em cima disso, vamos empenhar - o meu tempo está esgotado - porque é o primeiro passo para que as coisas comecessem a acontecer e dar melhor qualidade de vida para todos vocês.

Eu estou à disposição do INCRA tanto como Prefeito e como Presidente do Consórcio para cooperação técnica. O que precisar, o meu Município de Porto Alegre do Norte, através do Consórcio, estarei trabalhando incansavelmente para que isso ocorra o mais rápido possível para todos vocês.

Obrigado a todos pela atenção!

Até mais...! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Prefeito Daniel.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Informo que ao final da Audiência Pública nós daremos alguns encaminhamentos, porque nós não podemos fazer Audiência Pública e sair daqui sem amarrar as pontas. E o consórcio intermunicipal e o senhor como Presidente, vai ter papel preponderante para que os encaminhamentos possam alcançar resultados.

Convido para fazer uso da palavra, o Sr. Sebastião José da Costa, do Projeto de Assentamento Cana Brava, Município de Cana Brava do Norte.

Depois dele será a vez do Aureliano Paulo de Freitas, Presidente da Associação P.A Santo Antônio do Fontoura.

O SR. SEBASTIÃO JOSÉ DA COSTA – Em primeiro lugar, boa tarde a todos!

Cumprimento o Deputado Valdir Barranco pela iniciativa desse projeto tão importante para esclarecer as dúvidas de todos nós que somos dependentes da situação do recebimento do título do INCRA.

Em outras reuniões com o Deputado, eu já tive outras reuniões com ele, cada reunião tem um sonho que daqui a um tempo vai aparecer alguma coisa. Nós já estamos quase cansando disso aí, porque em toda reunião joga para adiante. Não, vai melhorar, vai melhorar, vai melhorar e nós estamos esperando.

Muitas coisas que eu queria falar já foram questionadas pelo palestrante de barba, que foi uma palestra excelente. Muitas coisas que eu queria questionar já foram questionadas. Ficar repetindo as coisas, não convém.

Uma coisa que eu ouvi do palestrante foi que o conflito agrário iniciou com o Tratado de Tordesilhas. Eu discordo. Iniciou entre portugueses e índios. Isso é mais antigo ainda.

Esse conflito agrário, hoje, no Mato Grosso, no meu ponto de vista, ainda existe porque Mato Grosso, desculpe-me, Deputado, mas é o Estado que tem mais escritura falsa no País... (PALMAS)... tem gleba que apresenta cinco escrituras. Hoje, o posseiro está em uma gleba legítima do Estado e aí vem uma escritura falsa e joga em cima e o posseiro tem que arrancar, como o caso da Rubi, em Cana Brava do Norte. Provou por “a” mais “b” que aquela terra não pertencia ao litígio e aí o juiz de Porto Alegre do Norte deu a causa ganha para a petição porque o fazendeiro era o posseiro mais antigo. Eu não entendi a coisa lá, mas...

Então, o problema é que nós estamos desamparados até certo ponto.

O P.A Cana Brava tem mais de 30 anos, ele foi distribuído 5% de título, há alguns anos, por indicação política. A pessoa simples, que não sabia de nada, não foi contemplada com o título, o resto está lá a Deus dará, são mais de 30 anos.

Então, convém que o INCRA normalize os que estão mexidos para depois continuar patrocinando mais alguma coisa.

No mais, era só isso.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Sr. Sebastião.

Com a palavra, Aureliano Paulo de Freitas, Presidente da Associação do Projeto de Assentamento Santo Antônio do Fontoura I, do Município de Confresa.

Depois dele será o Vanderlei Martins dos Santos (Polaco), Vereador.

O SR. AURELIANO PAULO DE FREITAS – Boa tarde a todos!

Eu cumprimento o Deputado Valdir Barranco, parabeniza-lo por esta Audiência Pública.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Falamos muito de titularização, eu sei que às vezes não é o momento, mas nós queremos falar, como o senhor falou no começo, sobre a infraestrutura do Programa PAC nas escolas e postos de saúde.

Como nós sabemos que a nossa escola é uma escola estadual e nós conseguimos, graças a Vossa Excelência e a outros, estrutura, mas precisamos ainda mais.

Por exemplo: o Programa PAC ficou parado dez anos, nós sabemos, e sabemos também que isso rendeu juros e quem sabe podemos usar esse juro para dar continuidade nessa infraestrutura.

As crianças, por exemplo, fazem educação física no sol ainda, não tem uma quadra poliesportiva, as crianças não têm uma piscina como outras escolas têm. Nós somos contribuintes, como produtores rurais da mesma forma.

Nós temos o postinho de saúde, mas precisamos de infraestrutura, precisamos de uma ambulância. Estamos há mais de noventa quilômetros do município e precisamos.

Como já foi falado, os educadores a estarem amparados como funcionários públicos quanto a questão desse bloqueio. Por quê? Eu vou citar exemplo meu, como produtor rural. Em 2008 eu fiquei sem a moradia como outros colegas também, fui bloqueado porque eu era funcionário público. Estou no assentamento desde o final de 2002. Entrei com recurso e fui desbloqueado. No final de 2014 eu fui fazer um financiamento e estou bloqueado novamente.

Eu quero a atenção dos senhores quanto a essa questão, eu estou desde o final de 2002 e preciso da ajuda dos senhores para estar legal perante ao INCRA.

Agradeço a todos.

Boa tarde! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, Aureliano.

Bem lembrada a situação do PAC, Paulo. O PAC, como ficou recurso na conta durante muito tempo, esses recursos estavam aplicados. Deve ter rendimento de aplicação e é isso que eu entendi que eles estão reivindicando para investimento em infraestrutura a partir do que estava aplicado.

Está tomado nota para que seja dado esse apoio. Conte conosco para que nós possamos cobrar também o INCRA para isso.

Com a palavra, o Vereador Polaco, Vanderlei Martins dos Santos.

O SR. VANDERLEI MARTINS DOS SANTOS (POLACO) – Boa tarde, Deputado Valdir Barranco, em seu nome cumprimento toda a Mesa.

Boa tarde aos nossos parceiros, nosso povo.

Quero aqui, Deputado Valdir Barranco, direcionar a minha fala, sendo rápido e objetivo, nos meus três minutos que tenho, porque representante deste povo da cidade de Confresa, do Município de Confresa e das cidades circunvizinhas, pelo menos nós vamos ter algumas diferenças em cinco situações.

Primeiro eu quero dizer que diante desse povo tem os parceiros assentados, homologados nos P.As, nos Projetos de Assentamentos pelo INCRA, quem sabe, dentre eles se enquadra a minha pessoa, há mais de 22 anos no mesmo lote e cadastrado pelo nosso amigo Paulo, que hoje é o nosso Executor, Coordenador, não é mais Executor, é Coordenador da nossa Unidade.

Nós temos aí os parceiros nos mesmos projetos de assentamentos do INCRA que não estão homologados. São duas situações diferentes, mas que todas sejam tratadas igualmente e

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

que as respostas e as soluções dos problemas sejam alcançadas por esse povo e por isso que eles estão aqui.

Quero lembrar também que nós temos os problemas das nossas glebas, como foi falado e contemplado pelo Sebastião, da gleba Naves, que através do provimento 183 do Dr. Sebastião de Andrade, que criou esse provimento para dar as soluções a todos os conflitos agrários que tinha problema ou não, da regularização fundiária no Estado de Mato Grosso.

Então, que a Comissão, hoje representado por você, acredito e confio na sua pessoa, diante da sua ação quando você resolveu parte dos problemas do nosso município que os 333 hectares no P.A Independente que hoje são as primeiras que estão recebendo as escrituras em nossa cidade. Então, que possamos ver a questão da gleba Naves, a questão da gleba Ayrton Senna, a questão da gleba Barulho, Portal da Amazônia, Novo Horizonte e de outras, que esses parceiros, quando eu cheguei em Confresa já estavam nessas glebas e até hoje não tem a solução. Que tratemos com muito carinho e dedicação a todos esses assuntos, os problemas e as soluções.

Deputado Valdir Barranco, eu quero dizer algo que vem atrapalhando a vida e acredito que seja provocada essa discussão aqui, é a questão das multas do IBAMA. Quem é que vai assumir? É o posseiro? É o trabalhador ou é o INCRA? Esse eu acredito que tem muitos na plateia que quer ouvir essa resposta. Então, que seja dada uma resposta. Se não puder hoje, que nos encaminhe ao Poder Legislativo de Confresa ou ao Executivo, que nós vamos dar a resposta à nossa sociedade.

Um abraço!

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, Polaco.

O próximo a fazer uso da palavra é o Vaglon Diniz, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Confresa.

Vejam que na Audiência Pública nossa o povo fala, o povo tem direito, chega de ir à Audiência Pública que só fala a Mesa, o povo não tem oportunidade de falar. (PALMAS)

O SR. VAGLON DINIZ – Quero ser sucinto nas minhas indagações.

Primeiro, quero agradecer o Deputado Valdir Barranco, é como Vossa Excelência falou: o povo tem que falar, porque o povo do Araguaia está há trinta anos oprimido, buscando espaço. E começou a conseguir esse espaço quando o senhor esteve na Presidência do INCRA na regional de Cuiabá.

Muito obrigado.

As minhas indagações são poucas, eu quero fazer primeiro registro, agradecer toda a Mesa e todo povo do Araguaia que se fazem presentes.

Primeiro, tem morador aqui que tem vinte e cinco anos, nunca mudou da sua propriedade e ele, hoje, está bloqueado ou até mesmo eliminado.

Eu quero fazer esse encaminhamento e eu gostaria que o representante do INCRA pudesse nos responder quando é que essa situação vai sair.

Outro encaminhamento que eu quero fazer à Mesa, e o seguinte: a APF e aqui não tem representante da SEMA, o que lamentamos, mas tem muitos projetistas e as agências financeiras agora só liberam o Mais Alimentos devido a um CAR. E esse CAR que o INCRA forneceu, de perímetro, não serve, eles estão cobrando CAR individual. Eu gostaria de saber até quando essa situação vai se arrolar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O Município de Confresa, ano passado, da nossa gestão no sindicato, emitindo a data junto ao INCRA, foi liberado 42 milhões e 800 mil reais aos parceleiros. Este ano nós não vamos atingir a meta porque essa APF está travando os projetos no Banco do Brasil, no SICREDI e nas agências financeiras.

Gostaria de fazer outro encaminhamento: aqui no Município de Confresa, mais precisamente no sindicato que nós presidimos, nós temos cadastrados 800 famílias, 800 homens e mulheres de bem deste Brasil que viram nos jornais, viram nas manchetes, nas reportagens que Confresa, o Araguaia era terra que se podia morar. Eles chegaram aqui e essas terras não saíram, não houve esse acontecimento. Esse povo está jogado às margens da criminalidade, seus filhos e até mesmo a falta de uma infraestrutura adequada.

Eu quero fazer uma indagação ao chefe do INCRA: quando é que vai se resolver, têm quatro fazendas que foram colocadas lá no INCRA para que se faça um processo de desapropriação para assentar essas famílias, incluindo famílias da gleba Marãiwatsédé, que é o Posto da Mata.

Temos que dar uma resposta para esse povo, porque não dá para ficar toda vida participando de Audiência Pública, são feitos os encaminhamentos e nada é feito. Nós temos que cobrar.

Eu quero dar uma sugestão, Deputado Valdir Barranco, que faça uma grande força tarefa, unido os esforços da Assembleia Legislativa, da Bancada Federal de Mato Grosso, juntamente com o Governo do Estado para que possa, esta Audiência Pública, ter voz lá no Congresso Nacional, lá em Brasília.

Se for o caso, pegue um representante de cada município, reúna os prefeitos, a OAB, que está presente, e o Ministério Público, vamos unir forças para conseguir, a regularização fundiária, mas a titulação ninguém sabe quando vai acontecer.

Essas são as minhas indagações.

Desculpe se ferimos alguém.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Convido o Antônio Gomes, do P.A Piracicaba, Município de Confresa, para fazer uso da palavra.

O SR. ANTÔNIO GOMES – Deputado Valdir Barranco, já foi falado e vai ficar muito maçante, mas esta Audiência Pública ela parece muito com aquele ano do Governo do Mauro Sérgio e eu fiquei muito feliz quando convidou aqui o Diretor do Instituto Federal, porque eu sou fruto desses movimentos aqui, sou fruto dessas audiências, porque o Instituto veio para cá, me lembro de Carlos Abicalil, quando na época era Deputado, e foi em uma Audiência Pública, em uma reunião como esta que trouxe o Instituto Federal.

Eu tenho a satisfação de falar a todos os parceleiros que estão aqui que eu sou da primeira turma daqui a cem anos, duzentos anos, se tiver alguém aqui, verá uma foto deste rapaz lá no Instituto Federal, 1ª turma de agronomia do Instituto Federal... (PALMAS).

Obrigado!

O meu projeto foi sobre agricultura familiar. Quando eu vejo esse povo, eu me identifico com essa gente. Por quê? Eu realizei, tive a satisfação de fazer um projeto, produto e subproduto da agricultura familiar produzido em Confresa.

Confresa é uma região que produz. Quando o rapaz da OAB falou que esses setores são importantes, o agronegócio, a agricultura familiar e outros setores da sociedade são

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

importantes, parar de briga, eu também concordo. Só que nós temos que ter pessoas que representam com mais efetividade. Tem que ter alternativa e a alternativa aqui é o que está tendo.

Nós apresentamos aqui muitas demandas, apresentamos problemática, apresentamos conflito e o agronegócio é organizado. Aqui em Confresa nós precisamos do grande produtor, temos a dinâmica, tem representante da dinâmica aqui do agronegócio, temos representante da agricultura familiar, que é esse povo.

Prefeito de Confresa, eu estive lá em Ourilândia do Norte e Tucumã, no Pará e fiquei envergonhado em pertencer à agricultura familiar em Confresa.

Gente, lá tem frigorífico de peixe, tem cooperativa para cacau, tem garimpeiro, tem fazendeiro. Agora, aqui, nós precisamos nos organizar junto com a prefeitura. Eu faço um desafio, Dr. Ronio, e junto com o INCRA, fazer um desafio. Cadê, gente, esse frigorífico de peixe? Cadê o frigorífico de frango?

Tem treze anos que eu moro aqui e só vejo falar em agronegócio. Aqui ninguém ouvia falar em soja. Eu vou falar a verdade para vocês, eu gosto da soja, mas é difícil eu comer uma sojinha. Eu como milho, comemos mandioca... Aqui têm quatro feiras, quatro feiras. A feira nossa dá vergonha. Lá você vê feira coberta, você vê tanta gente naquela feira.

Nós produzimos, somos um setor importante, agora quando nós ficamos só reclamando e culpando o poder público, essa é uma indignação que temos há muito tempo.

Eu vou concluir.

Deputado Valdir Barranco, parabéns por esse trabalho aqui, tem o cheiro do Partido dos Trabalhadores isso aqui, tem o cheiro... (PALMAS)... porque o Brasil, na condição que está... Falou em grileiro de terra, se esse rapaz que está aqui, da Polícia, fosse prender grileiro, aqui não ficava ninguém, porque aqui foi grilado, do outro lado foi grilado, Confresa inteira foi grilada.

Aqui tem terra para rico, aqui tem terra para pobre, aqui tem terra para sem-terra. O que está faltando é uma fiscalização do INCRA. É questão de gente. Estão titularizando terra, 57 alqueires, nós temos a Piracicaba que está um confronto muito doido, tem três anos que o INCRA está acompanhando, fez, demarcou uma área lá... eu estou na Piracicaba e eu sou homologado no INCRA desde 2008, sou bloqueado, mas sou servidor público. O menino vai responder. Está falando fiscalização.

Essa atitude que está acontecendo é louvável. Eu fico muito feliz em participar disso aqui.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, Antônio Gomes, uma pessoa da agricultura familiar que teve a oportunidade, pelo Instituto Federal aqui instalado, de se formar como engenheiro agrônomo. Isso é importante e nos sentimos realizados. Tenho certeza que o representante do IFMT está orgulhoso da sua fala.

Convido para fazer uso da palavra, pela mesa, nós já estamos nos encaminhando para as últimas falas, a única mulher aqui desta mesa, para falar em nome das mulheres na política do Araguaia, Lucimeire Lázara, Vereadora da Câmara Municipal de Confresa.

A SR^a LUCIMEIRE LÁZARA DA SILVA OLIVEIRA ANANIAS - Boa tarde a todos e todas!

Quero aqui cumprimentar a Mesa em nome do nosso Deputado Valdir Barranco.

Quero aqui fazer um cumprimento bem diferenciado, eu quero cumprimentar todas as Vereadoras em nome da nossa guerreira Vereadora Dagmar, do Partido dos Trabalhadores.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Cumprimento ainda todos os presidentes de associações em nome da Presidente da Associação do Bridão Brasileiro, Maria do Socorro; cumprimento todas as empresárias presentes em nome da empresária Cláudia Babinski, que montou esta mesa bonita para nós; todas as mulheres que estão à frente da luta em nome de duas pessoas que têm história na região do Araguaia, a Professora Umbelina, de Canabrava do Norte e a Professora Maria Figueira, a primeira Vereadora Professora do Partido dos Trabalhadores, do Município de Confresa, eu cumprimento as demais mulheres; os alunos em nome da Secretária Geral do SINTEP Subsede de Vila Rica, Cristiane e assim eu espero que todos os homens se sintam acolhidos em nome da chefe de gabinete do nosso Deputado Valdir Barranco.

Quero aqui, Deputado, dizer que hoje nós não vamos resolver os problemas, não vamos conseguir.

Sou moradora de Confresa há 22 anos e somos da agricultura familiar, não é, pai? Há 22 anos temos terra no P.A Confresa Roncador e hoje nós estamos bloqueados pelo INCRA. Porque meu pai chegou na picada e agora ele consegue andar, depois de muito trabalho, em uma caminhonete, não é uma Hilux como muita gente tem, mas é uma caminhonetezinha, estamos bloqueados.

Eu quero dizer que me sinto muito, muito feliz, Deputado Valdir Barranco, que foi em uma Audiência Pública realizada pelo INCRA, quando o senhor assumiu a Superintendência do INCRA, que o senhor fez aqui em Confresa, e que nós, do Sindicato dos Profissionais da Educação e aqui nós temos muita gente que esteve naquele momento, principalmente o pessoal lá do Santo Antônio, não é Kátia Laura? O pessoal veio e se movimentou. E nós, mulheres, admiramos muito algumas qualidades que o senhor tem: coragem, sensibilidade de ouvir e atitude. Foi pela sua coragem, sensibilidade e atitude que no Município de Confresa muita coisa se evoluiu.

Como foi dito aqui pelo Presidente da Associação do P.A Santo Antônio, as escolas do PAC estavam há dez anos bloqueadas, o senhor teve a coragem de enfiar a mão no formigueiro e fazer com que a coisa acontecesse.

Então, eu acredito que por meio desta Audiência Pública não só nós, mulheres, porque as mulheres aqui estão quase em maioria, levantem as mulheres, por favor, só para mostrarmos a nossa força, a força da mulher na agricultura familiar... (PALMAS)... Ela se faz presente não só na agricultura familiar, mas na política, nos movimentos.

Vossa Excelência pode ter certeza, Deputado, pode contar com a força da mulher, porque nós somos guerreiras, nós somos ousadas e queremos ir muito mais longe, e a agricultura familiar que vai nos permitir chegar muito além.

Meus parabéns!

Mulheres, vamos continuar seguindo firme na luta, porque é de nós que é gerado o bem maior dessa vida, que são os homens. Não é verdade, mulheres? (RISOS – PALMAS)

Somos nós que geramos o futuro e é pelas nossas mãos que colhemos, que plantamos e que vamos fazer a diferença.

Muito obrigada e parabéns a todos e todas que aqui estão, porque é com muito orgulho que nós recebemos todos os municípios vizinhos.

Eu fico muito orgulhosa de ver esse povo todo bonito do Partido dos Trabalhadores ocupando a frente, ao qual eu faço parte com muito orgulho de ser filiada e ser militante.

Parabenizo a todas as vereadoras pela ousadia.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Deputado, é a Câmara mais feminina, a Câmara do Município de Confresa, somos em três mulheres.

O Presidente diz que está agraciado com as três mulheres que lá estão. Então significa que a mulher faz a diferença onde ela estiver.

Parabéns a todas nós e continuemos firmes na luta.

Um abraço fraterno a todos! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, Lucimeire, parabéns às mulheres pela participação.

Convido para fazer uso da palavra, o Bartolomeu Júnior de Souza Silveira, Vereador da Câmara Municipal de Canabrava do Norte. Depois dele falará o Jorcelino Gomes de Freitas, o Celino e depois a Vereadora Marlene, acabando as inscrições da plateia, e aí voltaremos porque fará uso da palavra, por último, o Paulo, para concluir, respondendo as dúvidas.

O SR. BARTOLOMEU JÚNIOR DE SOUZA SILVEIRA – Boa tarde a todos e todas aqui presentes!

É uma satisfação muito grande poder, aqui na nossa região, realizar uma Audiência Pública como esta, ainda mais capitaneada, presidida, sugerida pelo um Deputado de uma envergadura magnífica, que é o nosso Deputado Valdir Mendes Barranco.

Eu quero falar a respeito da importância de um evento como este e da importância que teve, Valdir Barranco, para a nossa realidade, para a nossa região, uma região que é basicamente formada por agricultores familiares e que merecem um respeito maior.

O INCRA, na sua Presidência, aqui no Estado de Mato Grosso, pôde demarcar, através de georreferenciamento, todas as propriedades da nossa região, dos projetos de assentamentos, e isso pôde caminhar a passos largos para que hoje nós pudéssemos estar aqui discutindo a titulação, porque antes, o georreferenciamento não era possível, e o senhor, nessa sua magnífica gerência possibilitou esse avanço para a agricultura familiar.

Eu quero também dizer e registrar a sua importância, Deputado Valdir Barranco, para a agricultura familiar quando o senhor assumiu como Deputado. A Assembleia Legislativa criou a Câmara Setorial Temática para debater os conflitos agrários. Isso é de suma importância para a agricultura familiar.

Como o nosso companheiro falou, nós não temos confronto, porque o confronto é do maior para o menor e o menor está recolhido. E quando se faz uma agricultura familiar forte e que nós temos Deputado da sua envergadura para defender, é muito gratificante.

Eu quero, para não me delongar muito, registrar que nós temos, sim, que debater a regularização fundiária, mas também temos que debater a assistência técnica, porque nós não podemos somente debater a regularização fundiária sem a assistência técnica para garantir a vida do agricultor familiar no campo, a fixação do agricultor familiar no campo. Se debatermos somente a agricultura familiar, a regularização fundiária da agricultura familiar sem a assistência técnica, nós vamos fazer o sentido inverso da reforma agrária, o que pensa a ideologia da reforma agrária.

Para isso, eu quero pedir, enquanto técnico extensionista da EMPAER, que o senhor já demonstrou para nós que defende a agricultura familiar, defende a EMPAER, porque defendendo a EMPAER está defendendo a agricultura familiar, que dialogue com os demais Deputados para que garanta a parcela do FETHAB destinada à agricultura familiar que está sendo destinada à EMPAER.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Eu trago essa bandeira de luta para que o senhor abrace essa bandeira e consiga, porque hoje o Governador pensa em retirar o recurso do FETHAB e colocar na saúde, que é de suma importância, mas só que tem as questões prioritárias da agricultura familiar.

Lamento a ausência do INTERMAT, porque em uma audiência como esta, que discute a regularização fundiária, o órgão do Estado que nos representa na questão da regulamentação fundiária não se faz presente.

Essas são as nossas considerações.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Convido o Jorcelino Gomes de Freitas (Celino), para fazer uso da palavra.

Depois dele a Vereadora Marlene da Silva Costa e, por último, o Sr. Manoel, do chapéu.

O SR. JORCELINO GOMES DE FREITAS (CELINO) – Cumprimento a Mesa em nome do Sr. Deputado Valdir Barranco.

Boa tarde a todos!

Dizer aqui da preocupação que nós, parceiros temos, Sr. Deputado, Paulo Garcia e Paulo Roberto, embora fuja um pouco da Audiência Pública, que fala mais de titularização, mas não podemos deixar de falar dos bloqueios. Está muito séria essa questão. Quando a companheira Nelcy disse ali que ela não pode ser uma representante da agricultura familiar com os seus produtos na feira, mas é muito mais sério o que nós estamos atravessando aqui, por exemplo, eu vou falar de mim, que eu também estou bloqueado. O INCRA não impede de sermos candidatos, mas também não impede de sermos eleitos. Eu fui eleito e nunca mais dei conta de ser cliente da reforma agrária por ser político eleito. Infelizmente. Já acabou o mandato e não nos tiram, não nos desbloqueiam. Infelizmente. Já vai para dois mandatos, depois da minha eleição, e não aconteceu o desbloqueio. Isso é sério.

Nós temos a questão do INDEA e da SEFAZ. Nós não podemos, hoje, abrir uma inscrição nossa da terra na SEFAZ, nós não podemos ter o gado em nosso nome. Infelizmente não podemos, por falta da carta do INCRA.

Eu não estou aqui fazendo apologia e nem criticando o INCRA, que também sou ex-funcionário, já tive a felicidade de saber o que é o INCRA, e muitas vezes a infelicidade de não dar conta de resolver as coisas, porque não é fácil, mas nós emitimos, quando eu era Executor, uma declaração... mas para isso, antes, eu quero falar também que não adianta o Executor estar aqui sozinho, sem nenhum técnico. Ele precisa de um técnico. Ele é técnico, mas como Executor ele não pode ir lá fazer a vistoria. Ele não pode! Então, precisa de um técnico definitivo aqui nessa Unidade. Infelizmente não temos e pagamos caro por isso.

Nós emitimos uma declaração direcionada ao INDEA e à SEFAZ e na frente colocávamos assim: esclarecemos que a presente declaração constata tão somente a real situação do processo nº tal, tal. Cumpri-nos informar que a referida parcela foi vistoriada pelo INCRA e os referidos parceiros residem e exploram o lote no regime de agricultura familiar, mas a referida área pertence ao Instituto Nacional de Reforma Agrária.

Vale ressaltar que a situação do parceiro encontra bloqueada.

Nós colocamos na declaração. O INDEA aceita, a SEFAZ aceita, mas infelizmente hoje nós não temos essa felicidade de ter. Queremos ver a sensibilidade do atual coordenador do INCRA aqui de Confresa, a possibilidade de levar até a Superintendência, através do Paulo, para

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

poder emitir isso, porque nós estamos com dificuldade. Hoje não tem como fazer uma inscrição estadual, eu não tenho como pôr o gado na minha ficha. Fica difícil desse jeito!

Eu quero ver a sensibilidade dos senhores para resolver, porque quase todos estão nessa situação. Ver também a questão da titulação, porque se todo mundo está bloqueado, como vamos receber o título?

Eu deixo essa pergunta, porque está difícil.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, Celino.

Com a palavra, a Vereadora Marlene da Silva Costa, do Município de Vila Rica.

A SR^a MARLENE DA SILVA COSTA – Nesta oportunidade eu cumprimento todos e todas, boa tarde!

Em nome do Deputado Valdir Barranco, cumprimento toda a Mesa; em nome do Prefeito Daniel, cumprimento todos os Prefeitos; em nome da Vereadora, nossa colega Lucimeire, cumprimento todos os vereadores e vereadoras.

Nós temos muita coisa para falar, Deputado, depois de tudo que ouvimos, porque nós, enquanto vereadores, somos representantes do povo.

Eu quero, nesta tarde, cumprimentar, em nome do Secretário de Agricultura de Vila Rica, Ênio Moraes, todo o pessoal do Município de Vila Rica; o pessoal do Santo Antônio do Beleza em nome do irmão Eudete, que está ali marcando presença, professor e coordenador da escola.

Dizer que o nosso Presidente de lá não pode estar presente, mas que aqui nós temos do Município de Vila Rica, do Projeto Santo Antônio do Beleza, temos mais de 30 pessoas, Deputado Valdir Barranco.

Quero agradecer a cada Presidente de Associação que se fez presente, eu sei que vieram muitas pessoas dos municípios vizinhos.

Eu quero, nesta oportunidade, falar que o Deputado Valdir Barranco, que assumiu aquela cadeira, ele é conhecedor da necessidade dos nossos assentados. Como ele é conhecedor, quando eu conheci Valdir Barranco ele já era Superintendente do INCRA, como ele já tem conhecimento de causa, da necessidade dos nossos assentados, como hoje ele assume o poder de Deputado, eu quero colocá-lo nesse desafio, que ele olhe com carinho para os nossos assentados para resolver essa questão.

Regularização fundiária nós sabemos que nunca teve, mas sabemos que os nossos assentados chegam, tomam posse e vão trabalhar, mas que ele procure com carinho agilizar a questão dos títulos, porque os nossos assentados, sem os títulos, pessoal, não tem condições de fazer um financiamento, eles não se consideram donos e são inseguros a estar ali com a sua família.

Então, para que eles possam pegar os títulos deles para eles terem mais qualidade de vida e fazer um financiamento...

Quando vai fazer um financiamento, precisa de três testemunhas. Quem é que vai testemunhar alguém que não tem nada no nome? Ninguém vai testemunhar.

Eu quero colocar em suas mãos, Deputado e Ex-Superintendente do INCRA, olhe com carinho para a situação dos nossos assentados.

Que esta Audiência Pública de hoje não seja em vão, que nós possamos ver resultado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

A Vereadora Lucimeire foi muito feliz na sua fala, enquanto vereadora, não digo que somos o paracheque.

Eu quero falar também, que eu me esqueci de falar dos meus colegas de Vila Rica, que estão aqui, Vereador Janason Rios e o Vereador Divino do Hermínio.

Eu quero lançar uma pergunta para a hora das respostas, fazer o favor de responder para os nossos assentados. Se a pessoa tem dois lotes de assentado, ele pode receber um título para os dois lotes. Eu quero que depois seja respondida essa pergunta.

O meu tempo está esgotado, mas eu quero agradecer não só o Deputado Valdir Barranco, por esta Audiência Pública, mas agradecer os prefeitos que se deslocaram das suas cidades e as principais pessoas a se agradecer, são os nossos assentados, que vieram de longe, de ônibus, sofrendo, deixaram suas casas, suas coisas, suas criações para estar aqui.

Eu espero que esta Audiência não fique em vão, que logo, logo venha o resultado para os nossos assentados.

Muito obrigada!

Deus abençoe a todos! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, Marlene.

Com a palavra, o último da plateia, o Sr. Manoel Ribeiro dos Santos, engenheiro agrônomo. Manoel do Chapéu.

O SR. MANOEL RIBEIRO DOS SANTOS – Eu cumprimento todas as autoridades civis, militares e eclesiásticas presentes; cumprimento ainda todos os pequenos, médios e grandes produtores que estão presentes.

Esse problema que eu vou falar aqui é com relação aos grandes produtores que estão em cima de área da União.

Temos conhecimento que tem até multinacionais. Isso é de conhecimento da Pastoral da Terra, é de conhecimento da Prelazia, é de conhecimento da maioria dos proprietários pequenos que estão aqui.

Eu não quero aqui falar se foi o INCRA que permitiu ou não, mas é verdade. Isso existe.

A minha pergunta é: o que é que o Ministério Público pode fazer, junto com todas as autoridades do Estado para contratar uma auditoria para ver isso aí, porque sobraria muita terra para assentar os parceiros, aquelas famílias que precisam. Realmente essa situação aqui no Vale do Araguaia é anormal.

Era só o que eu tinha a falar. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, Sr. Manoel.

Eu quero, antes da fala do Paulo, indagar à Mesa se das perguntas que foram feitas, se alguém, sem ser o INCRA, se Ministério Público acha que tem alguma coisa a acrescentar ou a responder? Não.

Com a palavra, o Sr. Paulo Garcia, neste ato, além da titulação, que é a sua área, representa o Superintendente do INCRA, o Sr. João Bosco.

O SR. PAULO GARCIA – Boa tarde a todas às mulheres e homens.

Agradeço ao Deputado Valdir Barranco, pelo convite mais uma vez estar aqui debatendo a regularização fundiária.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Agradeço ao Prefeito pela acolhida muito bem organizada. Dessa forma, eu cumprimento toda a Mesa e eu vou tentar responder o que foi perguntado por vocês na Audiência Pública.

Eu organizei do meu jeito e se por acaso não contemplar alguém, eu acho que talvez fosse pertinente o Deputado Valdir Barranco abrir para a complementação.

Eu não sei se eu começo pela notícia boa ou pela notícia ruim. Eu vou começar pela boa.

Eu estou com uma lista aqui dos beneficiários que serão titulados... aliás, o título já foi para a publicação, vai publicar terça-feira e se Deus quiser na outra semana já estará uma equipe do INCRA aqui para coletar assinatura desses beneficiários e assim encaminhar para o cartório registrador, eu acho que a Comarca é Porto Alegre do Norte e o cartório realizar o registro e depois que o beneficiário vai ao cartório para retirar o seu título.

Por que é que usamos essa metodologia? Porque a lei ampara aos beneficiários da reforma agrária em ter o registro gratuito e também evitar de algum beneficiário não procurar o cartório para efetuar o registro, nós fizemos esse compromisso com a ANOREG de encaminhar os títulos para eles fecharem lá os perímetros da circunscrição que pertence a eles.

Nessa primeira etapa, eu sei que são 52 títulos que nós vamos entregar, é um pequeno passo, mas eu avalio isso como muito importante, porque desde 2013 o INCRA parou a ação de titulação. Isso foi por mudança na lei, primeiro veio a Medida Provisória, a 636, depois a Lei 13.001 e agora veio a Medida Provisória, enfim, o INCRA estava travado por normativas e mudanças de lei.

E também contribuindo com isso aí, a decisão da direção do INCRA de priorizar essa regularização e titulação.

Eu quero esclarecer para os nossos assentados que estão aqui que essa questão de ser dono da terra, a partir do momento em que o INCRA vocaciona uma área para reforma agrária e assentou uma família lá, ele está, digamos assim, na relação de beneficiário, ele é dono daquela terra independente se tem título ou CCU, está vocacionada para reforma agrária, o nosso beneficiário é reconhecido como titular daquela área que foi outorgada para ele mesmo com o documento precário, digamos assim, de Contrato de Concessão de Uso.

Por que é que o INCRA não consegue avançar muito na titulação?

Nós temos muitas áreas que estão em processo judicial, onde o expropriado entra com recursos e recursos, reivindicando, não concordando com a avaliação do INCRA, enfim, esse é um processo demorado.

Eu fiz um levantamento prévio hoje, nós temos cerca de 55% de áreas de domínio nosso, até o José Pereira falou que aqui em Confresa tem 350 mil hectares que representa 65% do território do município. Nós temos quase 6 milhões de hectares aqui na Superintendência do Mato Grosso, são cerca de 90 mil parcelas. Então, é muita área a ser regularizada e o desafio é muito grande.

Eu já fiz uma conta rápida, se nós não tomarmos jeito de arrumar parcerias como está sendo feito, nós vamos demorar cerca de 40 anos para titularmos esses lotes com a capacidade operacional do INCRA hoje. Não adiante que não faz.

A nossa meta, para vocês terem uma ideia, para este ano, são três mil títulos. Com a nossa capacidade operacional eu acredito, como começamos este ano, talvez não chegue a esses três mil títulos, mas vamos chegar bem perto, se Deus quiser.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Se fizermos uma conta rápida, três mil títulos por ano, no mínimo são 20 anos, porque têm áreas que são do INTERMAT também, não são todas do INCRA.

O Projeto Tatuibi, têm assentados aqui do Tatuibi, os processos estão lá na Superintendência, estão formalizados, instruídos e nós não conseguimos processar os títulos ainda devido a transcrição da matrícula em não estar em nome do INCRA, mas não tem embaraço judicial. A questão é de uma formalidade que tem que vir uma precatória do juízo para o Cartório da Comarca de Cana Brava do Norte para ele transcrever em nome do INCRA. A nossa Procuradoria já está se mexendo, peticionou para essa precatória ser encaminhada para o Cartório e esperamos que ela chegue o mais breve possível para processarmos esses títulos lá do Tatuibi.

O P.A Independente, como eu falei, estou com 52 nomes aqui, mas a minha assistente, lá em Cuiabá, já informou que processou mais alguns títulos que tinha ficado para trás, porque o processo da titulação caminha em vários setores e divisões do INCRA, não é só chegar lá e processar o título, é um trabalho melindroso, demorado e é de detalhes, porque se emitirmos um título com nome invertido de uma pessoa, o Cartório não leva registro ou o número. Então tem que ser bem conferido e mesmo assim processamos alguns com erro e quando não dá para retificar, em alguns casos, temos que cancelar o título e republicar outro.

O Projeto Uirapuru, os títulos estão prontos dos que foram vistoriados nessa primeira etapa. Está pronto o boletim, o boletim está pronto, eu até mandei para o Chefe da Unidade, para o Paulo, eu não lembro se eu mandei, mas eu não consegui rodar os títulos porque o INCRA não se adaptou o sistema que emite títulos, não está adaptado para a Lei, para o Decreto e para a Medida Provisória que alterou em áreas que são arrecadadas, áreas públicas, quando foi criado assentamento que não foi feita a desapropriação, compra e venda, como é o caso da Uirapuru, o título é sem ônus, não tem custo para o assentado, porque é uma área que já era da União e não faz sentido a União cobrar do assentado.

As áreas que foram desapropriadas, essas, sim, têm um custo e já tem uma planilha, uma tabela, uma planilha de preços referenciais que o INCRA renovou agora em maio, se eu não me engano 30 de maio, só que com a nova 759, porque teve várias emendas de propostas, independente do que o Presidente vetar ou acatar, nós vamos ter que refazer essa planilha de preços referenciais, porque tem proposta de ser um valor do título de 10% até 50% do valor do preço referenciais. Isso existe ajuste no sistema, enfim, o INCRA... como teve essas mudanças na Medida Provisória, foram mudanças profundas em toda a organização do INCRA. Ela alterou o art. 20 da 8.629 que deu uma reviravolta no INCRA. Também alterou a questão de seleção das famílias para obtenção. Inclusive a prefeitura pode selecionar as famílias, apresentar demanda através de um edital, será aberto um edital e selecionar as famílias. Então, ela alterou profundamente. Aliás, alterou e consolidou o que já estava, mas não estava muito bem claro na 8.629.

Para o INCRA se organizar nesse arcabouço de lei no sistema é demorado. Inclusive o próprio sistema nosso que se chama CIPRA, está com risco de até perdermos todos os dados nossos. Foram feitas tantas alterações, remendo dentro do sistema que já estão pensando em lançar um novo sistema para substituir o nosso atual sistema de banco de dados dos assentados, de tanto que muda a lei para cá, tem que alterar. E vai remendendo aqui e vai dando esses problemas. Certo?

Eu não anotei o nome das pessoas, me desculpe, eu anotei alguns aqui, eu vou falar do que foi citado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

A questão do georreferenciamento, eu conversei agora com o técnico responsável pela fiscalização de geo, ele está vindo aqui segunda-feira e vai fiscalizar todos os projetos que tem processo de georreferenciamento do Município de Cana Brava do Norte e o P.A Santo Antônio, aqui de Confresa, que está pendente de vistoria.

Na titulação, como eu já falei para vocês, nós temos gargalos, problemas para poder processar na velocidade que deveria ser.

Eu não posso deixar de agradecer o Prefeito de Porto Alegre do Norte por ter nos cedido colaborador, o Prefeito de Cana Brava do Norte já se prontificou em ajudar, o Prefeito daqui já tem ajudado com uma colaboradora que tem feito um ótimo trabalho na questão do PAC e agora parece que nós vamos aproveitá-la em um outro período para titulação. Aproveitei e conversei com ele.

Também, Paulo, nosso Chefe da Unidade daqui, o Prefeito colocou à disposição dois veículos da Prefeitura para os nossos técnicos virem e fazerem as vistorias... (PALMAS)... é louvável essa atitude e temos que falar, porque o INCRA, nós temos recurso para pagar as diárias dos técnicos, mas nós estamos com problema de infraestrutura de veículo, estão sucateados, enfim, problemas de contrato, tem o técnico que às vezes está ocioso, nós temos recurso para pagar diária, mas não tem como se locomover. O Prefeito foi sensível e colocou à disposição, Paulo, e você pode montar a sua equipe, propor... eu vou minutar a ordem de serviço para o Superintendente assinar com esses veículos aqui que o Prefeito cedeu para darmos continuidade nesses projetos que fizemos a primeira etapa ano passado e nós vamos passar eles de cabo a rabo. Vamos passar todas as parcelas, inclusive aqueles que estão bloqueados pelo TCU que eu vou explicar essa questão do TCU para vocês.

O bloqueio que o INCRA fez, na verdade foi imposto por um Acórdão do Tribunal de Contas da União, o Acórdão 775.

O que é que o Tribunal de Contas entendeu? Só para os senhores entenderem porque é que tem essas aberrações de bloqueio de assentado que mora há vinte anos. Eu vou explicar qual foi a metodologia que eles utilizaram.

Eles pegaram a base do INCRA, todos os CPFs da base do INCRA e fizeram cruzamento com o CadÚnico, com o banco de dados de veículos do Brasil - eu não sei o nome - e com a Receita Federal. Eles têm acesso a tudo. Fizeram um cruzamento e aplicaram os dados que eles tiraram desse cruzamento aplicaram na 8.629, no art. 20, que fala quais são os critérios de legibilidade para ser cliente da reforma agrária. Eles entendem que aqueles critérios, o assentado ser cadastrado, para o nosso candidato ser assentado da reforma agrária, no ato da classificação deles, vamos dizer, os batimentos, que nós falamos, ele entende que aqueles critérios se perpetuam até quando ele foi titulado e ter as baixas das cláusulas resolutivas. Não é que entende, a lei era assim. Não poderá ser cliente da reforma agrária quem? Família que auferir renda maior que três salários mínimos, for proprietário, cotista, tiver um CNPJ ou tiver outra área, ou ex-beneficiário, ou servidor público. A lei fala, só que ela não tinha exceção e aí o TCU aplicou a letra fria da lei e fez o cruzamento dos veículos. Quem está bloqueado com veículo como que ela chegou? Por que é que foi bloquear o veículo? Não tem nada a ver placa e nem nada. Eles falaram assim: "Bom, se uma família tem uma renda e só pode ter renda de até três salários mínimos, então ele poderia comprar um veículo até 55 mil reais."

Todos aqueles que tinha um carro avaliado em mais de 55 mil reais ele bloqueou, porque era indícios de que ele não era cliente da reforma agrária. Pegou os dados do CadÚnico,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

muitos dos nossos beneficiários, inclusive pelo próprio erro do INCRA, têm projeto que pega três municípios e aí o INCRA não lançou os dados certos no sistema, lançou só município e aí ele tinha um CadÚnico dentro do P.A mesmo, mas o TCU não sabe.

Então, se ele identificou que um dos nossos beneficiários tem um CadÚnico em outro município, isso é um indício que ele não mora na parcela e que ele não explora a parcela ou que ele tem, uma figura cítrica, um “laranja” lá na parcela. São indícios de irregularidade. E assim foi feito om quem tem CNPJ, com político eleito, vamos dizer assim, e até servidor público.

Em maio de 2016, na gestão ainda da Presidente Dilma Rousseff, ela editou um Decreto que regulamentava a situação dos beneficiários, depois que ele fosse assentado ele poderia adquirir qualquer condição, não importa, mas ele poderia. Aí teve uma discussão de inconstitucionalidade, enfim, e mudou, a Dilma Rousseff saiu, entrou o Temer e o TCU batendo duro no INCRA, falando que o INCRA tinha mais de meio milhão de beneficiários irregulares, eu entendo que é até por uma questão de vaidade, não aceitou o Decreto na época da gestão do PT e quando o Presidente tomou posse, foi na Casa Civil, um dos membros do TCU, perguntou se eles iriam aceitar esse Decreto. Eles falaram: “Não, nós vamos lançar uma Medida Provisória.” Ótimo! Aí saiu essa Medida Provisória 759 que ampara os nossos assentados que adquiriram uma condição de inelegibilidade depois dele assentado.

Todos que viram aqui falar que foi bloqueado, mas no espelho lá está: “depois de assentado”, o INCRA vai ter que desbloquear.

A proposta nossa é: o TCU não trabalhou com o sistema e cruzamentos de dados para bloquear, não autorizou, não determinou que o INCRA bloqueasse as famílias? Então, do jeito que foi bloqueado com lista, vai desbloquear em massa também. Essa é a nossa proposta. Sem o beneficiário ter que fazer defesa e nem nada. Só que é uma proposta que talvez não prospere dentro do INCRA, porque a Medida Provisória ela trata assim: “Não perderá condição de assentado aquele que adquirir uma das condições de inelegibilidade desde que individualmente ou através do seu núcleo familiar explore a parcela.” Esse “desde que” é que complicou, porque nós podemos desbloquear, mas nós temos que comprovar que ele está explorando a parcela.

Como os Prefeitos estão sensíveis a nos ajudar, eu vou fazer mais uma demanda aqui: primeiro eu vou dizer a vocês que aqueles projetos que for objeto de vistoria, de titulação, o técnico vai vistoriar e só com o laudo de vistoria nós vamos desbloquear todos e vamos titular os que foram bloqueados depois...(PALMAS). Agora, têm aqueles que os projetos não estão prontos para vistoria e titulação. E o INCRA, o nosso corpo técnico está focado na titulação. Nós temos poucos técnicos para conseguirmos atender a demanda.

Prefeito, eu acho que poderíamos fazer uma parceria, através da Secretaria de Agricultura, eu não sei qual o meio, de ceder técnico e fazer visita nesses projetos de assentamentos. Eu me proponho a elaborar um modelo de vistoria bem simplificado, tirado uma foto, fazia uma simples entrevista com o assentado e atestado por um técnico da Prefeitura que a família mora lá. Manda para a Unidade Avançada que desbloquearemos todo mundo... (PALMAS).

Vamos encaminhar isso aí, porque se é para provar que ele mora na parcela e explora, seria uma vistoria de constatação e pode ser feito por um servidor da Prefeitura, ele tem matrícula, ele tem responsabilidade.

O INCRA não tem perna para fazer. Não adianta. Nós não temos condições de fazer essas vistorias para desbloquear, a não ser que o INCRA ceda, fala: nós vamos desbloquear em massa todas aquelas condições de que estão bloqueados depois. Só que no caso dos bloqueios antes

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

da homologação, esse daí é um pouquinho mais complicado, porque quando o técnico fez a entrevista do candidato, ele fez umas perguntinhas para ele, eu não sei se os que são assentados vão lembrar, ele faz umas perguntas: qual a sua renda mensal? Você é servidor público? Você já foi assentado? Ex-beneficiário? Quantos membros você tem na família? São feitas algumas perguntinhas, aquelas perguntinhas são utilizadas para fazer o que nós chamamos de batimentos. Era declaratório, porque há oito anos o INCRA não tinha como fazer esses cruzamentos de dados para ver se ele era servidor público, se ele era ex-beneficiário ou se ele tinha CNPJ. Agora nós temos mecanismos de consulta que antes não tinha. Era declaratório, mas na hora em que o assentado assinava a declaração dele, lá estava, em letrinhas miúdas, que ele era responsável, a informação dele, pelo código, ele não poderia prestar falsa informação. Então, se ele mentiu, no caso, e foi homologado, aí ele vai ter que se explicar. Não tem jeito.

Têm muitos casos de beneficiário nosso, eu já identifiquei vários, que ele tem o CNPJ, tinha uma empresa lá, mas a empresa dele já estava falida há muito tempo, fechada. Ele só não desmantelou o CNPJ porque não tinha dinheiro, porque isso custa caro. Então, é só ele apresentar uma Certidão Negativa de Movimentação, que pode ser conseguida na própria Receita, eu acho, apresentar, comprovar que ele não tinha movimentação naquele CJPJ, que a empresa estava inativa, vamos dizer assim, aquilo já serve para fazer a defesa dele.

Sobre o CAR, a questão das multas do IBAMA, tem uma equipe do INCRA trabalhando nisso aí. Eu não participei das últimas reuniões, o Silvío, que veio de Brasília, o INCRA esta negociando isso com o IBAMA, eu sei que é para sair um TAC, eu não sei como é o nome, e também o INCRA já fez um contrato com a UnB, Universidade de Brasília e eles estão com uma equipe fazendo projetos piloto, fazendo o CAR em alguns municípios que estavam na região do Arco Verde. É um trabalho muito bom e rápido. O CAR parcela, não é?

Eu acredito que se esse projeto piloto der certo, nós vamos resolver a questão do CAR em um curto prazo de tempo, eu digo talvez em um ano e meio, dois, todos os nossos assentados, se Deus quiser, vai ter CAR lote a lote.

O Deputado Valdir Barranco está até mais informado do que eu, já está incluída esta região para a UnB fazer. Maravilha!

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Eu fui convidado por eles, o coordenador do projeto, o Ronilton, Professor Ronilton me convidou para participar da Audiência Pública quando eles concluíram a região norte. A Audiência Pública foi lá em Matupá e eles fizeram uma apresentação, é minucioso, é muito bom. Inclusive o Paulo utilizou os relatórios deles agora na titulação do PA São José União, que é de Matupá e Peixoto, um projeto de assentamento que pega os dois municípios e que parte dele já foi entregue os títulos na semana passada. O Paulo dispensou a vistoria do INCRA com base no relatório deles que era muito bem feito.

O Ronilton disse que eles terminaram lá, estão fazendo agora a região de Tangará da Serra e a próxima região é aqui, eles vão sediar aqui em Confresa para fazer esta região.

Aproveitar, Paulo, para dizer que nós aprovamos na Assembleia Legislativa duas medidas importantes para a agricultura familiar: a primeira, e aqui já foi dito pelo Antônio Gomes, a destinação – o Gean e o Polaco também falaram sobre isso – de 7% a 10% dos recursos arrecadados do FETHAB para a agricultura familiar. Isso vai dar, neste ano, 32 milhões de reais que é para destinar para agricultura familiar. O que está acontecendo agora é que nós temos que garantir esse recurso, porque o Governador quer retirar esse recurso da agricultura familiar para pagar outras contas e nós não podemos permitir isso, a agricultura familiar já é muito lesada.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

E o segundo, nós aprovamos lá na Assembleia Legislativa o SIMCAR, que é a nova metodologia de fazer o CAR pela SEMA. Tivemos uma reunião, na semana passada, com o Secretário, que é o atual Vice-Governador Carlos Fávaro, e ele pediu para que eu ajudasse a organizar o INCRA e o INTERMAT para que nós, na semana que vem, façamos uma reunião dos técnicos, porque vai começar a operacionalizar.

Lá na SEMA eles têm 113 mil CAR no banco de dados que já foi lançado. Desses 113 mil, só setenta foi concluído.

Então, a proposta deles, que eles estão se comprometendo conosco, é que em um prazo de 30 a 40 dias, após começar a funcionar o programa, eles irão fazer os 113 mil. Eles vão limpar essa pauta. Na próxima semana eu vou coordenar esse trabalho lá para que nós possamos colocar técnico do INCRA, técnicos do INTERMAT, técnicos da SEMA na mesma sala e, junto com o Vice-Governador, avançarmos nessa proposta do SIMCAR. Até porque têm muitos assentamentos que estão embargados, estão proibidos de vender tudo que produzem lá, as porteiras fechadas e nós precisamos desembargar e essa ferramenta vai desembargar esse assentamento. (PALMAS)

O SR. PAULO GARCIA – Deputado Valdir Barranco, essas seriam as minhas considerações que eu tinha para passar para vocês.

Eu quero agradecer o Tadeu, pela presença.

Tadeu, vamos conversar com o Prefeito, tenho certeza que vai ter apoio, nós temos as nossas dificuldades, o INCRA tem dificuldade.

Para vocês terem uma ideia, hoje, na titulação, que processa título, só tem eu, só eu para processar. Eu consegui com a Prefeitura de Nova Ubiratã uma colaboradora, eu tenho uma outra equipe que faz contrato de concessão de uso.

Então, o INCRA pede socorro mesmo, porque não é questão... a demanda é muito maior do que a nossa capacidade operacional para atendermos.

A vantagem que eu vejo e que eu fico muito feliz, é que eu vejo a receptividade da própria Assembleia Legislativa, do próprio Governo, prefeitura, todos querem ajudar o INCRA. Agora, nós temos que achar mecanismos legais para essa parceria, para o prefeito também não ser responsabilizado. E isso está sendo feito porque está para ser assinado, mês que vem, um Acordo de Cooperação Técnica, digamos que é um guarda-chuva, onde estará os municípios, através da AMM, Associação Mato-grossense dos Municípios, o Governo do Estado de Mato Grosso, o INCRA, o INTERMAT, o Terra Legal, esses parceiros, todos nesse Acordo de Cooperação que entre si irão poder até ceder servidores e fazer parceria. Isso vem sendo trabalhado desde o ano passado num projeto de regularização fundiária que inclusive vai ter um aporte de 55 milhões pelo BNDES a fundo perdido. O governo é proponente desse projeto e desse recurso. Eu sei que vem para o INCRA uns 25 milhões só para georreferenciamento.

Muito obrigado pela atenção. Espero que eu tenha sido claro.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Eu vou apresentar aqui alguns encaminhamentos que nós pretendemos amarrar aqui para fazer com que esta Audiência Pública realmente ela não pare por aqui, propor que o Consórcio Regional, sob a Presidência do Prefeito Daniel, organize com os demais prefeitos, vereadores, obviamente, lideranças, uma vez por mês uma reunião com a Unidade Avançada do INCRA com as Unidades da região para que os Presidentes dos Sindicatos Rurais possam encaminhar as demandas e deixar para ajudar organizar essas reuniões também o nosso gabinete à disposição.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Quero propor também que o Consórcio faça reunião com o INCRA, INTERMAT, Poder Judiciário, é importante a participação do Poder Judiciário, para tratar dos convênios para apoiar os trabalhos da regularização fundiária. O gabinete fica à disposição também.

Que seja estabelecida parceria para o recebimento de defesa dos seus devidos encaminhamentos. O Paulo já adiantou, inclusive eu anotei aqui as parcerias do INCRA e Prefeitura para vistorias de constatação para os desbloqueios.

Por último, planejar e realizar uma feira da agricultura familiar com palestras, exposição e comercialização dos produtos da agricultura familiar. É importante que nós tenhamos aqui na região uma feira da agricultura familiar dos municípios aqui do Araguaia.

O agronegócio está chegando e forte, o agronegócio é importante, contribui com a receita, com o equilíbrio da balança comercial, mas quem coloca comida na mesa é a agricultura familiar...(PALMAS)... o agronegócio produz *commodities* e a agricultura familiar produz comida. Nós não comemos soja, não comemos milho. Não comemos só isso. Às vezes comemos, mas não é só isso. Agora, a agricultura familiar produz 70% daquilo que vai para a mesa do mundo todo. E o Mato Grosso tem um potencial enorme e esta região do Araguaia também.

Para essa finalidade eu já faço o compromisso aqui de destinar das minhas emendas, para realização dessa feira, para o ano que vem, 150 mil reais para que nós possamos, já agora no final do ano, colocar no orçamento do ano que vem para que venha esse recurso para a realização dessa feira da agricultura familiar. E buscar outros parceiros, porque só 150 mil não será suficiente, e fazer com que aconteça o primeiro no ano que vem e ela se fortaleça e continue a acontecer nos anos subsequentes.

No mais, eu quero agradecer a todos e todas que estiveram presentes, a equipe da Assembleia Legislativa, o Cerimonial, os seguranças, a Taquigrafia, o Prefeito Ronio Condão, pela organização.

Muito obrigado, Prefeito.

Também pela organização do evento, o Goianinho; o Tião da Fartura; a Cláudia Babinski; Agenora, Secretária de Educação; a Dona Tiana e a Vereadora Lucimeire, em seu nome todos os vereadores e todas as vereadoras que aqui estiveram presentes.

Em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, dou por encerrada esta Audiência Pública, e dizer que vocês precisam continuar se organizando, as Audiências Públicas são importantes porque trazem os Poderes para próximo do povo. É nossa obrigação, enquanto políticos, enquanto Parlamentares eleitos por vocês. 2018 está aí, nós estamos cheios em ver Poderes Legislativos, tanto estaduais quanto no Congresso Nacional abarrotados de políticos que não têm compromisso com o pequeno e nem com a agricultura familiar, mas que são eleitos pelos votos dos pequenos. Nunca vem aqui, nunca vem na base, não fazem compromisso, não ouve a população. Quando chega na hora do voto, despeja dinheiro ou de outra forma, até pela desinformação, leva o voto dos pequenos. Quem elege o Congresso, quem elege as Assembleias Legislativas são os pobres, são os pequenos. Porque rico no Brasil é 1 a 2% no máximo.

Então, vamos estar antenados, vamos continuar organizados nas associações, nos sindicatos, nas cooperativas e contem com o nosso mandato, porque o mandato não é meu, é de vocês.

Um grande abraço!

Fiquem com Deus! Que nós possamos ter um final de semana abençoado.

Está encerrada esta Audiência Pública. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CONFRESA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, REALIZADA NO DIA 09 DE
JUNHO DE 2017, ÀS 14H30MIN, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Donata Maria da Silva Moreira.
- Revisão:

SEM REVISÃO